



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MAÍRA GUIMARÃES PASCHOAL

***Raízes do Brasil e O labirinto da solidão: ensaísmo, construção e
crítica das identidades nacionais na América Latina***

CAMPINAS

2011

Maíra Guimarães Paschoal

Raízes do Brasil e O labirinto da solidão: ensaísmo, construção e crítica das identidades nacionais na América Latina

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

CAMPINAS

2011

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a meu pai, minha mãe, minha tia e avó. Pelo apoio incondicional (mesmo nesses longos seis anos), pelo (imprescindível) suporte financeiro e por todo o carinho e atenção com que me recebiam nos meus (esporádicos) retornos a São Paulo. Não tenho dúvidas de que nada disso se concretizaria sem a presença de vocês. Um carinho especial por minha irmã, que felizmente escolheu continuar a compartilhar comigo sua presença.

Aos meus queridos amigos, que testemunharam minhas agruras, não cansaram de escutar minhas reclamações e estiveram por perto sempre que possível. Participando ou não diretamente desta monografia, foram seus conselhos e discussões que me encaminharam ao longo desta. Em especial, agradeço a Nati, pela correção atenta e cuidadosa, e ao Guga, pelas infindáveis revisões deste texto (e de tantos outros), pela dedicação com que sempre argumenta comigo, e pelo zelo com que me acompanha ao longo da vida.

Ao Prof. Dr. Francisco Foot Hardman, e seu grupo de orientandos, agradeço pela acolhida e atenção dispensada. Ao professor, especialmente, pela orientação fundamental que me conduziu ao objeto deste trabalho, e pela paciência com que testemunhou minha incursão no meio acadêmico. E finalmente, ao CNPq, pelo auxílio financeiro que permitiu concluir a monografia de forma satisfatória.

Resumo

Circunscritos no esforço crítico de pensar as realidades nacionais e reavaliar o passado histórico, os livros *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *O labirinto da solidão* (1950) de Octavio Paz são, em seus respectivos países (Brasil e México), dois dos mais importantes expoentes do ensaio histórico-sociológico da América Latina. Valendo-se de uma forma textual bastante livre e pessoal, o ensaísmo, que permeia tais obras, se configurou na expressão da latino-americanidade que, pautada em uma trajetória de violência, exploração e despersonalização, buscou neste método a fórmula para revelar as contradições que a fundamentavam. Assim, a partir desses dois ensaios emblemáticos, pretende-se avaliar a relevância da escrita ensaísta no projeto de construção de uma identidade nacional.

Palavras-chave: Identidade nacional; Ensaio latino-americano; Brasil; México.

Abstract

Circumscribed in the critical effort of considering the national situation and reassess the historical past are the books *Roots of Brazil* (1936) of Sergio Buarque de Holanda and *The labyrinth of solitude* (1950) of Octavio Paz, that are, in their countries (Brazil and Mexico), two of the most important exponents of the historical and sociological essay in Latin America. Taking a fairly free and personal textual form, the genre essay, that permeates these works, configured the expression of Latin Americans that, based on a path of violence, exploitation and depersonalization, tried to find, in this method, the formula to reveal the contradictions that founded the Latin America. Thus, studying these two important works, we aim at verifying the relevance of essayist writing in the project of building a national identity.

Key words: National identity; Latin American Essay; Brazil; Mexico.

Sumário

1.	Nota Prefacial	01
2.	Introdução: O intelectual latino-americano na “República das letras”	03
3.	Ensaaiando o ensaio: algumas considerações sobre o gênero	10
4.	As raízes do labirinto: um estudo comparado	16
	4. I. Ensaísmo	19
	4. II. Construção	25
	4. III. Crítica	31
5.	Considerações	35
6.	Referências	40

1. Nota Prefacial

O presente trabalho surgiu da vontade inicial de estudar o gênero “ensaio” e suas implicações na crítica brasileira, decorrente do contato que tivera com o estilo único de Gilberto Freyre escrever, quando da realização de um projeto de Iniciação Científica sob a valiosa orientação do Prof. Dr. Antonio Arnoni Prado, financiado pela Fapesp, intitulado “Gilberto Freyre: crítico literário”, entre 2008 e 2009. Foi através do Prof. Arnoni que aprofundei minhas leituras sobre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, figuras indispensáveis no pensamento social brasileiro, advindo, inclusive, de Antonio Candido a sugestão de ler o ensaio como um traço nacional.

Nessa época, cursei uma disciplina sobre escritores latino-americanos com o Prof. Dr. Francisco Foot Hardman, a qual me permitiu o contato com o antropólogo Néstor Garcia Canclini, e suas discussões sobre o lugar da América Latina na contemporaneidade, e também com os textos do escritor mexicano Juan Rulfo, que me chamaram a atenção. Como resultado desta disciplina publiquei o artigo “Comala e a madeleine: ensaio sobre a memória”, na revista *Língua, literatura e ensino*, que contou com a orientação e supervisão de Foot Hardman. Neste artigo, propus uma análise comparativa entre a narrativa literária de Juan Rulfo, *Pedro Páramo* (1955), e a cinematográfica de Juan Carlos Rulfo, *Del olvido al no me acuerdo* (1999), buscando explorar a questão da memória e da tradição regional mexicana imbricadas na vida e obra de Juan Rulfo.

Cursei também uma disciplina sobre história da América, com o Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP), que me apresentou um panorama histórico sobre a discussão de identidade e o papel dos intelectuais na latino-América. Tive contato com boa parte da bibliografia de meu projeto atual a partir desta disciplina, como: *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, de Mary Louise Pratt, *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, de François Hartog e *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*, de Patricia Funes.

Conjugando, assim, o fascínio sobre o ensaísmo nacional às novas questões sobre a latino-americanidade, suas implicações identitárias e o papel da crítica literária neste contexto, aliei a minha idéia de estudar o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, à sugestão temática do Prof. Foot Hardman de realizar um estudo comparado sobre o ensaísmo

histórico-literário do brasileiro Sérgio Buarque de Holanda e do mexicano Octavio Paz. Deste encontro, iniciamos o projeto de Iniciação Científica com financiamento do PIBIC/CNPq atrelado à Monografia: “*Raízes do Brasil e O labirinto da solidão: ensaísmo, construção e crítica das identidades nacionais na América Latina*”.

Durante o processo de realização da Iniciação, tive a oportunidade de participar junto aos orientandos de mestrado, doutorado e pós-doutorado do Prof. Foot Hardman de seus Seminários de Orientação. Estes foram fundamentais para ampliar as discussões a que me propunha em meu projeto, e também no acréscimo de bibliografia, apresentando-me os importantes livros: *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*, de Julio Ramos, *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*, de Silviano Santiago e a compilação de artigos *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*.

Recentemente, tive contato através do Prof. Foot com os dois volumes da coletânea de artigos de Sérgio Buarque de Holanda, reunidos pelo historiador Marcos Costa em *Escritos Coligidos*, e do debate promovido quando de seu lançamento pelo jornal *Estadão* e sintetizado por Antonio Gonçalves Filho (2011). Tendo em vista que *Raízes do Brasil* foi publicado primeiramente em forma de artigo em um periódico, a análise de suas outras publicações em revistas e jornais poderia se revelar uma fonte fecunda para o desenvolvimento dos meus argumentos, contudo, devido a uma defasagem temporal (a coletânea foi lançada em abril de 2011) não foi possível sua apreciação no presente trabalho.

De qualquer forma, o contato com os debates atuais, a leitura da bibliografia selecionada e a orientação do Prof. Foot Hardman me conduziram ao tema do estudo do ensaio como forma de construção e crítica dos discursos identitários, que busquei desenvolver nos capítulos seguintes.

2. Introdução: O intelectual latino-americano na “República das letras”

Já não é de hoje que se questiona a integração dos países da América Latina em um bloco forte e coeso. Ainda que tal união seja vista como uma saída para a expansão econômica destes países, dada a dificuldade de competição comercial em uma esfera globalizada, até o momento ela não se consolidou. De acordo com Canclini (2008), “globalizamo-nos como produtores culturais, como migrantes e como devedores”, configurando-nos enquanto conjunto apenas a partir de uma idéia de unificação¹. Tendo em vista tal descompasso, caberia a questão: qual o lugar do latino-americano hoje²? Devemos ainda tratar nossas questões a partir da noção de grupo? Até que ponto a idéia amplamente difundida da diversidade que marca a América Latina impediu a consolidação do processo identitário?

Para promover o debate, convém avaliar como foi construído historicamente o conceito de “identidade latino-americana”, sendo admissível, desta forma, avaliar seus desdobramentos até nossos dias. Como aponta Antonio Candido, tomando o caso do Brasil como exemplo, a formação de uma população consciente de seu papel enquanto nação só começaria a se configurar com a Independência:

(...) no Brasil, a Independência foi o objetivo máximo do movimento *ilustrado* e a sua expressão principal; por isso, nesse momento, o intelectual considerado como artista cede lugar ao intelectual considerado como pensador e mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das idéias (2006, grifo do autor, p. 249).

É nesta conjuntura que a discussão sobre nacionalidade e identidade toma forma nos países americanos, pois

Escrever, a partir de 1820, respondia à necessidade de superar a catástrofe – o vazio de discurso, o cancelamento das estruturas – que as guerras tinham provocado. Escrever, nesse mundo, era dar forma ao sonho modernizador; era civilizar, ordenar o sem sentido da barbárie americana (RAMOS, 2008, p. 27).

Durante o processo das independências (séculos XVIII e XIX), com a divulgação de discursos fundacionais de figuras como Hidalgo, Morelos e Bolívar³, estrutura-se um debate político que pretendia a superação da fragmentação interna dos países baseada na construção de

¹ Referimo-nos ao conceito de unificação proposto por Canclini (2008), em que o autor difere união de unificação: para ele, unificação é trabalhar no domínio da semelhança, enquanto que união traria a idéia de um todo coeso (idéia que não contemplaria a América Latina).

² Essa questão possui como referência direta o estudo de Néstor Gracia Canclini: *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*, 2008.

³ Figuras fundamentais nos processos de Independência dos países da América Espanhola: Hidalgo e Morelos se destacam na luta pelo México, já Bolívar atuou no processo de independência de diversos países.

modelos através do ato da escrita enquanto atividade política (RAMOS, 2008).

Para um país que se pretende uma unidade independente torna-se indispensável questionar-se a respeito das características que o tornam diverso e idealizar, a partir daí, uma sociedade própria. De acordo com Ortiz, esta se pavimenta mediante dois movimentos simultâneos: diferenciação, através da relação com fatores externos, e estabelecimento de semelhanças, internamente⁴. E tendo em vista que “toda identidade é uma *construção simbólica* (...), o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido” (2006, grifo meu, p. 8), o processo de formulação identitária deve ser analisado como fruto de determinado grupo social em seu determinado tempo histórico (ORTIZ, 2006). Desta forma, sem perder de vista que a Europa foi um dos alicerces de formação da América, cedendo os modelos e as bases do conhecimento nos quais se fundamentou primeiramente o discurso americano (PRATT, 1999), tornou-se quase inevitável construir a história americana a partir da perspectiva negativa: antes de tudo, “nós não somos europeus”⁵. Está implícita aí a “retórica da alteridade” de Hartog (1999, p. 229), que postula: “Dizer o *outro* é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*”, sendo que os dois estariam inseridos em um mesmo sistema.

De acordo com Natalia Priego (2008), a construção da identidade na América Latina se baseou na “infelicidade” de não sermos o outro. O modelo europeu, e posteriormente o norte-americano (início do século XX), instituiu uma ilusória noção de superioridade, inatingível para aqueles povos heterogêneos em plena tentativa de formação nacional. Esse processo de construção e engrandecimento de tais modelos se configura pelos próprios europeus, quando da chegada e exploração do Novo Mundo, como demonstra Priego a partir das idéias de Tzvetan Todorov:

Como revela Tzvetan Todorov, a descoberta de outros continentes e povos por europeus nunca havia incorporado um sentimento de surpresa radical, porque eles nunca desconhecera completamente a existência da África, Índia e China. Isso explica o fato de que os europeus se basearam neles mesmos quando da exploração das ‘novas pessoas’, recentemente ‘descobertas’ no século XVI [na América]. Neste momento histórico, os europeus descobriram a totalidade de que fazem parte; anteriormente faziam parte sem totalidade⁶ (2008, p. 477).

⁴ Tendo em vista que tal movimento é uma fórmula genérica no que concerne à construção simbólica, cabe destacar que a identidade também se constrói a partir dos antagonismos internos de cada nação.

⁵ No caso do Brasil, Antonio Candido (1975) identifica uma negação total dos valores portugueses durante os períodos de Independência e nacionalismo literário do Romantismo, sendo o principal propósito da classe ilustrada brasileira a busca por superar Portugal, através da afirmação do nacional aliado à construção de uma consciência literária.

⁶ Tradução minha.

Circunscritos em um passado de exploração voraz de seus recursos naturais, minerais e humanos, e com suas populações ancestrais dizimadas, os países americanos serviram, enquanto colônia, como importantes fontes de riqueza para suas metrópoles, sendo que as marcas da violência estrutural e física, aliadas ao *status* de colônia, se converteram em herança enraizada e de difícil desvinculação social. Atrelados à presença dos nativos (chamados pelos “descobridores” genericamente de índios), estavam a mão-de-obra escrava africana, os imigrantes espanhóis e portugueses, e os filhos oriundos deste encontro, configurando uma miscigenação racial e cultural que deveria, também, ser integrada à nação⁷.

Neste primeiro momento em que o projeto de construção das nações começava a ser posto em prática, foram solicitadas consciente e inconscientemente pelos dirigentes e agentes dos movimentos emancipatórios diferentes ferramentas que auxiliassem o processo político-social. Em tal contexto, a figura do intelectual alça o patamar de agente político, e a literatura ocupa lugar central “onde se projetavam os modelos de comportamento, as formas necessárias para a invenção da cidadania, os limites e as fronteiras simbólicas, o mapa imaginário, enfim, dos Estados em vias de consolidação” (RAMOS, 2008, p. 13), sendo ela “o lugar adequado para a mediação necessária entre a civilização e a barbárie, a modernidade e a tradição, a escrita e a oralidade” (RAMOS, 2008, p. 37). Neste sentido, esta literatura nacional forjada busca suas bases na recriação de uma língua nacional e de um campo temático próprio (ROLAND, 1997), exprimindo o compromisso de tais intelectuais com a construção da nação e sua atuação na árdua tarefa de buscar a harmonização entre elementos tão díspares que configuravam os países americanos.

Discutindo as impropriedades de nosso pensamento nesse período posterior à Independência (que, na expressão de Sérgio Buarque de Holanda, nos fazia sentir uns “desterrados em nossa terra”) e sua aplicação às letras nacionais, Roberto Schwarz (2000), em seu ensaio “As idéias fora do lugar”⁸, apresente a doutrina do liberalismo europeu como parte

⁷ Vale a ressalva de que a problemática da mestiçagem só passa a ser abordada de modo positivo pelos intelectuais brasileiros a partir da abolição da escravidão, e dos primeiros esforços em consolidar a República. Para tanto, elimina-se a idéia de branqueamento racial (que acompanhou todo o século XIX), buscando atrelar à identidade nacional o fator de miscigenação racial (ORTIZ, 2006).

⁸ O ensaio supracitado de Roberto Schwarz foi desde sua publicação, em 1977, alvo de extensa crítica acerca das “idéias fora do lugar” que o autor propunha logo em seu título. Contudo, há um esforço revisionista que propõe uma leitura mais apropriada, e menos simplista, das idéias de Schwarz. Nossa crítica se embasará neste esforço, tendo como base a própria leitura do autor acerca de seu texto: “O destino do ensaio foi muito determinado pelo título, ‘As idéias fora do lugar’. Muita gente que leu quis pôr as idéias no lugar. (...) A seu modo, o título é uma

de nossa identidade nacional que estava sendo construída. E, ainda que estas não se justificassem política ou socialmente da mesma forma que nos países de que eram oriundas, o autor as considera essenciais, notando que “é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação [de acompanhar os passos da Europa sempre com um pouco de atraso]; bobamente quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema” (2000, p. 25). Nesse sentido, a adoção de determinadas correntes servia freqüentemente de justificativa para as práticas arbitrárias que a sociedade brasileira configurava no seu dia a dia, como o mecanismo do favor, do qual Sérgio Buarque tratará em *Raízes do Brasil*, ao analisar o “homem cordial”. Ainda nessa direção, Renato Ortiz (2006), lembra que, além de haver uma defasagem em relação à consolidação de teorias na Europa e sua chegada até o Brasil, a intelectualidade brasileira escolhia aquelas que se adequavam melhor à realidade nacional e às suas disparidades:

(...) as teorias ‘importadas’ têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado, elas justificam as condições reais de uma República que se implanta como nova forma de organização político-econômica; por outro, possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro (2006, pp. 30-31).

Voltando à argumentação proposta por Schwarz, os escritores brasileiros do período republicano encontrariam, assim, seu lugar em meio às idéias européias, impropriamente reproduzidas socialmente em território nacional, ao torná-las “matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação” (2000, p. 29).

Entrando, portanto, em contato com as modernidades que a Europa traz, os países latino-americanos vão se formando através da mescla ímpar entre passado e futuro, com a herança arcaica e os aspectos modernos entremeados convivendo em aparente harmonia. Assim, a “dialética do localismo e do cosmopolitismo” de que nos fala Antonio Candido (1975, p. 109) pensando no caso brasileiro, em que o dado local era representado através de

piada. Procura nomear e sublinhar uma impressão, mas não para dizer que ela está certa. Que as idéias modernas estejam fora do lugar no Brasil é o maior lugar comum do pensamento conservador brasileiro, e eu não ia repeti-lo. (...) O que tentei explicar foi por que razões, que são de classe, ligadas à iniquidade social do país, as pessoas sentem que elas, as idéias novas, estão fora do lugar. É a explicação – marxista – de uma impressão. Nesse sentido, é um trabalho de crítico literário.”; “Esse ensaio não é uma crítica da cópia das idéias. É uma tentativa de explicar por que as idéias copiadas, ou melhor, por que as idéias importadas dão entre nós a impressão de posições.”, em: SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 67, Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/11.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2011.

moldes da tradição européia, parece ser a chave para a compreensão do modo como tais países buscam uma constituição nacional em meio às diferentes influências externas recebidas. Sintetizando tal pensamento, Schwarz (1987) identifica na produção do Modernismo brasileiro, no caso, o poema “Pobre alimária” de Oswald de Andrade, a noção de que reunimos os antagonismos que nos formaram de modo a fazer deles um elemento de identificação do nacional, e não um aspecto pejorativo, de atraso político ou social:

Assim, a construção do poema superpõe coordenadas incongruentes, cujo desajuste desafia diretamente a consciência histórica: arte de vanguarda vs. ciúmeiras de província; Brasil da carroça vs. Brasil dos escritórios; individualismo pagão vs. alegoria patriótica ou culto da interioridade. São questões com peso real, que no entanto, por um efeito estratégico da composição, não têm maior gravidade nem parecem constituir problema. (...) Esta distância, que permite passar por alto os antagonismos e envolver as partes contrárias numa mesma simpatia, naturalmente é um ponto de vista por sua vez. (...) Surpreendentemente, o resultado é valorizador: a suspensão do antagonismo e sua transformação em contraste pitoresco, onde nenhum dos termos é negativo, vem de par com a sua designação para símbolo do Brasil(...). Portanto, a modernidade no caso não consiste em romper com o passado ou dissolvê-lo, mas em depurar os seus elementos e arranjá-los dentro de uma visão atualizada e, naturalmente, inventiva, como que dizendo, do alto onde se encontra: tudo isso é meu país (1987, pp. 20-22).

Retomando a relação entre intelectualidade e o papel da literatura na pavimentação de discursos políticos, como indica Julio Ramos (2008), a partir de 1870 a “estreita relação entre as letras e a política” começa a se alargar, abrindo um campo para a autonomização e modernização do discurso literário, dado que com a consolidação dos Estados nacionais surgia um campo de discurso especificamente político. Contudo, buscando sua institucionalização através dos primeiros departamentos literários que se configuravam já tardiamente (no México, cursos acadêmicos especificamente literários só surgem após 1912, na Faculdade de Humanidades da Escola de Altos Estudos), a literatura só encontrará um espaço mais aberto e meio de divulgação através da imprensa. Se antes o jornal era usado como meio político dos intelectuais, no final do século será através dele que a literatura terá lugar, uma vez que tanto o jornal quanto o campo literário buscavam maior autonomia e modernização. Ramos (2008) aponta o exemplo do jornal argentino *La Nación*, que ao longo dos anos 1880 e 1890 passou a incorporar crônicas e contribuições literárias de novos escritores em suas páginas.

Entre o final do século XIX e início do século XX, percebe-se uma “heterogeneidade do discurso latino-americano em função de sua modernização desigual” (RAMOS, 2008, p.

⁹ “É possível que esse conceito de modernização *desigual* do sujeito literário contribua para esclarecer, bem depois do final do século, a heterogeneidade formal e funcional da literatura na América Latina, em contraste

96), que mescla ainda uma crítica nacionalista, de origem romântica (CANDIDO, 1975), a discursos que já se apoiavam em uma nascente escola sociológica americana¹⁰. Atrelado a isso, já nas primeiras décadas de 1900, no contexto de pós-guerra¹¹ e na esteira das vanguardas européias, a literatura reaparece como centro privilegiado de discussão e reformulação das questões nacionais: através da poesia ou do romance, “desde a crônica polêmica (...), até o longo ensaio histórico e sociológico”, o que se buscava era “redefinir a nossa cultura à luz de uma avaliação nova dos seus fatores” (CANDIDO, 1975, p. 123), valendo-se da interdisciplinaridade própria deste momento de estruturação das instituições de ensino¹².

De modo que o ensaio histórico-sociológico, que teve seu auge no Brasil e sua consolidação no México no decênio de 1930, se afirma como a forma literária predominante entre os escritos nacionais e latino-americanos, em geral: “A forma ‘ensaio’ foi escolhida para retratar uma América Latina na qual se resgata o rural, o étnico e o telúrico”¹³ (FUNES, 2006, p. 35). Julio Ramos, buscando justificar a presença proeminente do ensaio na esfera política, e sua predileção como forma de discussão sobre a literatura nacional, infere:

(...) a forma do ensaio é o ato de intermediação por excelência: medeia, graças ao ato interpretativo, entre o interior do belo (a poesia) e as exigências da sociedade. Essa mediação foi fundamental para os escritores, que desde que começaram a reformular seus papéis, no último quarto do século, refletiam sobre a falta de um público preparado para receber seu discurso especializado. O literato amplia seu território social como intérprete e divulgador do belo, primeiro na crônica e posteriormente no ensaio (...) (2008, p. 246).

com seu disciplinamento em outras regiões onde a modernização foi mais sistemática e consistente”, em: RAMOS, 2008, grifo do autor, p. 94.

¹⁰ Sobre a formação do campo sociológico de estudo e pesquisa nas Américas: “O período dos Pensadores Sociais, também chamado por alguns autores de período pré-científico, corresponde historicamente ao período que se estende das lutas pela Independência das nações latino-americanas até o início do século XX. Durante esse período a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de idéias filosófico-sociais européias ou norte-americanas como, por exemplo, o iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel, o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e o determinismo biológico de Lombroso. (...) O período da Sociologia de Cátedra iniciou-se nos países latino-americanos em fins do século passado, quando cátedras de Sociologia foram introduzidas nas Faculdades de Filosofia, Direito e Economia.”, Cf.: LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e Desafios. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-437.

¹¹ “A geração pós-bélica levantou a bandeira da intervenção social, interpelando a classe operária, as massas, o exército, os indígenas, em nome da nação, da revolução ou de ambas.”, em: FUNES, 2006, p. 15. Tradução minha.

¹² Sobre a circulação entre diferentes disciplinas, Antonio Candido relata: “Nós [alunos do curso de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de São Paulo, entre os anos de 30 e 40] pertencemos a uma fase heróica da Faculdade, que foi a implantação dos cursos pelos professores estrangeiros. Era o começo daquele tipo de estudos, havia ainda muito diletantismo, nós transitávamos da arte para a filosofia, da sociologia para a literatura”, em: PONTES, 2001, p. 18.

¹³ Tradução minha.

Antonio Candido, pensando a tendência ao ensaio por parte dos escritores nacionais do início do século XX, que se valiam da sociologia “mais como ‘ponto de vista’ do que como pesquisa objetiva da realidade presente”, propõe: “Não será exagero afirmar que esta linha de ensaio, – em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte, – constitui o *traço mais característico e original do nosso pensamento*” (1975, grifo meu, p. 130). Portanto, dado que o discurso se diferencia de acordo com a forma e a linguagem empregadas, a barreira tênue entre a literatura e as ciências sociais – que no Brasil seria rompida apenas após a consolidação de instituições de pesquisa, como o Museu Paulista (1895) e a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), e com a Antropologia Científica de Florestan Fernandes (seus primeiros trabalhos de relevo datam do final de 1940) – configura um discurso híbrido, no qual ganham destaque figuras como: José Carlos Mariátegui, Martí, Rodó, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Leopoldo Zea, Octavio Paz.

Tomando como base a sugestão de Antonio Candido, que enxerga no ensaio o traço mais original do pensamento nacional, ressaltando, inclusive, que é ele “uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil” (1975, p. 130), e generalizando como um traço da escrita latino-americana (RAMOS, 2008), cabe precisar a que características ele estaria associado. O próximo capítulo (“Ensaio: algumas considerações sobre o gênero”) abordará, portanto, esta temática, explorando o desenvolvimento do ensaio enquanto gênero e abarcando a discussão teórica a seu respeito, fundamental para a delimitação de nosso objeto de estudo (livros de Holanda e Paz).

O capítulo quatro (“As raízes do labirinto: um estudo comparado”) se detém à análise dos livros *Raízes do Brasil* e *O labirinto da solidão*, confrontando as visões dos autores sobre a nacionalidade, a construção da identidade e a crítica à comunhão dos países no bloco da América Latina. Propõe-se também examinar a forma de expressão empregada por Sérgio Buarque de Holanda e Octavio Paz, tendo como pressuposto a relevância da escrita ensaística para ambos os autores.

Já no capítulo final (“Considerações”) conclui-se, com base na análise dos livros e tendo como precedente a tradição ensaísta em que ambos se inserem, a relevância do ensaio no projeto de construção das identidades nacionais.

3. Ensaando o ensaio: algumas considerações sobre o gênero

Configurando-se como um dos primeiros discursos de auto-identificação entre os países das Américas, o ensaio se apresentou como uma “estratégia intelectual latino-americana para promover a busca de uma expressão própria, de uma identidade que representasse a parte do continente americano de colonização ibérica” (NORTE; REIS, 2008, p. 156). Tachado como um gênero híbrido e não-científico, de caráter breve, livre e subjetivo, o ensaio tinha suas características formais associadas aos latino-americanos, estendendo ao povo (ainda que, muitas vezes, de forma pejorativa) a idéia de liberdade, originalidade e pluralidade. Contudo, convém observar o trajeto percorrido por este gênero, identificando teoricamente os traços conservados ou alterados que o conduziram a ser, hoje, o representante do estilo latino-americano.

Historicamente, o ensaio, na acepção que a palavra carrega hoje, se configurou com Michel de Montaigne, quando da publicação de seu *Essais*, em 1580. Como aponta Sílvia Lima (1964), Montaigne dedicou vinte e um anos à construção de seu texto, sendo ele “a história de um pensamento que se procura, obra de confiança laica que não se oferece como pauta exemplar nem como coisa moralizadora” (1964, grifos do autor, p. 50). Michel de Montaigne criou um “texto híbrido de reflexão moral, divagação, conselhos, exibicionismo, erudição clássica e algo mais” (FISCHER, 2009, p. 39), atendendo a um anseio de sua época, que clamava por novas formas de expressão¹⁴. Vale ressaltar que tal ensaio se encontra no domínio da confissão, no terreno dos diários íntimos, o que atrela a ele questões ligadas ao ser, como a transitoriedade, “mobilização da memória”, processos de formação de identidade e inconstância do eu (STRAUB, 2009).

A partir do escrito de Montaigne, Lima (1964) estabelece algumas características gerais aos ensaios, condensadas a seguir: o ensaio se configura enquanto o auto-exercício da razão, em que, a partir de experiências (pessoais, oriundas de leituras ou viagens), se produz uma crítica que prima pela liberdade pessoal e pelo esforço de pensar original.

Contudo, ainda que tenha sido “fundado” por um francês, o ensaio se consolida com os ingleses, a partir de Francis Bacon (1561-1626). Para Lúcia Miguel Pereira (1950), esse

¹⁴ De acordo com Sílvia Lima (1964), o ensaio é um “produto do Renascimento”, apontando os anseios de uma vida livre, contra o autoritarismo vigente. Também carrega consigo o peso da reforma religiosa e das idéias humanistas. O ensaio aparece como a forma que pondera, a balança que pesa os dois lados; é, nas palavras de Lima, a “escola da liberdade”.

tipo de escrita se ajustaria melhor ao “feitio britânico”, além de contar com a “universalidade da língua” como meio de divulgação. Entretanto, Silvio Lima identifica nesta evolução do ensaio um elemento diferenciador entre aquele primeiro, e o que os ingleses passaram a produzir: há um “trânsito gradual do pessoalismo de Montaigne (ensaios *de*) para o impessoalismo (ensaios *sobre*)” (1964, grifos do autor, p. 81); antes baseado na experiência vivida, o ensaio inglês se pautará mais na experiência alheia.

O ensaio passa por uma mudança crucial em seu curso com o desenvolvimento das técnicas de reprodução em larga escala (entre os séculos XVIII e XIX). A consolidação da imprensa jornalística é fundamental para a divulgação e consolidação do gênero, retratada por Daniel J. Boorstin:

Com a voga das publicações periódicas, facilitada pela tipografia e pelo aumento do público leitor, o ensaio se ligou mais intimamente às preocupações do dia a dia. (...) A imprensa ficou sendo a aliada natural do ensaísta. (...) O jornal ficou sendo um maço de ensaios, não mais sobre o eu mas sobre o mundo (1995 *apud* FISCHER, 2009, p. 56).

O ensaio jornalístico também preencherá a imprensa norte-americana, que tem nos nomes de Benjamin Franklin, Ralph Emerson e Edgar Allan Poe alguns de seus principais representantes. Contudo, de acordo com Fischer (2009), o gênero ensaio continua a se transformar com o tempo e, além de representar os textos jornalísticos, será levado ao domínio literário – “numa espécie de exercício de crítica literária” (2009, p. 61) –, e passará a designar textos acadêmicos que buscam analisar um assunto específico.

Dada a adaptabilidade do ensaio a diferentes contextos e, desse modo, sua falta de tradição formal, ele perde, aos poucos, seu prestígio na Europa. Theodor W. Adorno, logo no início de seu artigo “O ensaio como forma” (escrito e publicado na década de 1950), constata essa nova atitude crítica em relação ao ensaio, e lamenta que ele tenha deixado de exercer influência: “Que o ensaio, na Alemanha, esteja difamado como um produto bastardo; que sua forma careça de uma tradição convincente; que suas demandas enfáticas só tenham sido satisfeitas de modo intermitente, tudo isso já foi dito e compreendido o bastante” (2003, p. 15). Ainda de acordo com Adorno, tal reação frente ao ensaísmo se daria pela “liberdade de espírito” que ele faz irromper, sendo um tipo de texto que não permite delimitações à sua esfera de pensamento e que “como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram” (2003, p. 16); atitudes que a crítica alemã, e européia como um todo, não estaria preparada para receber.

Neste contexto de desencanto (esboçado por Adorno na década de 1950, mas que teve

início com a consolidação da imprensa escrita), o ensaio é trazido à América e por diversas razões – entre as quais as já supracitadas ausência de um ambiente institucionalizado de ensino, forte relação dos intelectuais com a literatura e necessidade de se pensar as identidades nacionais – se sagrará a local da intelectualidade latino-americanista, sendo designado por José Enrique Rodó como “literatura de idéias”.

Entre os séculos XIX e início do XX se destacam na América Latina intelectuais como Sarmiento, com o projeto modernizador apresentado em *Facundo* (1845), José Martí, e sua proposta identitária calcada na valorização da história e cultura de *Nuestra América* (1891), o já citado José Enrique Rodó, em sua “obra seminal do movimento modernista latino-americano” (NORTE; REIS, 2008, p. 156) *Ariel* (1900), e Manuel Bomfim, pioneiro e esquecido crítico brasileiro autor de *América Latina: males de origem* (1905).

No campo da teoria, há um esforço crítico em desvendar os limites do ensaio. Contudo, a palavra “ensaio” serve hoje como designação para os mais diversos tipos de textos, nos mais diversos âmbitos (FISCHER, 2009), o que exige do estudioso uma delimitação mais precisa acerca de seu objeto. No século XX, o diálogo travado entre Lukács e Adorno é talvez o mais fecundo para se pensar o gênero. Através de seus acordos e contestações, e com o suporte de outros pensadores, propõe-se uma rápida explanação, intencionando distinguir nosso objeto de estudo.

Lukács (2008), em “Une lettre à Leo Popper” (de 1910), compreende o ensaio enquanto uma obra de arte, um gênero artístico específico. Ainda que esteja intimamente ligado à literatura, o diferencia das obras literárias e da *bien écrit*. O autor identifica o ensaio principalmente com a crítica de arte (incluindo aí a pintura, literatura e filosofia), entretanto, se distinguindo desta pois, ainda que o ensaio surja como uma crítica artística, ele termina abarcando questões maiores, concernentes à vida e seus valores:

(...) o crítico sempre fala das questões últimas da vida, porém sempre no tom de quem falasse apenas de quadros e livros, apenas dos ornamentos belos e não-essenciais da grande vida, e mesmo aqui não do mais íntimo do íntimo, e sim tão-somente de uma bela e inútil superfície (2008).

Em relação ainda ao dualismo crítico/ensaísta, Massaud Moisés (1994) é categórico ao afirmar a diferença entre os dois, uma vez que o crítico (e aí ele trata mais especificamente do literário) se volta sempre para o texto que está interpretando, enquanto que o ensaísta estaria preocupado com seu próprio texto, sendo que o objetivo último de sua escrita seria o de

formar, e não informar.

Para Lukács, as motivações últimas do ensaio se encerram nas questões sobre a vida, o homem e o destino. Mas para alcançá-las, para chegar à alma, é preciso transcender a forma; buscar o “conteúdo da alma que as formas indireta e inconscientemente escondem em si mesmas” (2008). Contudo, o ensaísta não pretende estabelecer respostas para seus questionamentos. O próprio processo de se interrogar e a possibilidade de tratar de assuntos que se perderiam são os elementos motrizes de tal esforço crítico. E Lukács ressalta que, ainda que o ensaio trate de questões fundamentais ao homem, o ensaísta aceita suas limitações frente a tais pensamentos e faz crer aos seus leitores mais desatentos que seu texto não trata de nada além da forma:

O ensaísta dá um piparote na própria esperança orgulhosa, que se ilude de ter chegado alguma vez próxima das coisas últimas – ora, tudo o que ele tem a oferecer são explicações dos poemas de outros ou, no melhor dos casos, de seus próprios conceitos. Mas ele se acomoda com ironia a essa pequenez, à eterna pequenez do mais profundo trabalho mental a respeito da vida, e ainda a sublinha com irônica modéstia (2008).

Lukács encerra sua carta problematizando o ensaio que vinha sendo produzido pelos de sua geração. Libertos da crítica de livros e arte, os novos ensaístas buscam a independência e a abrangência de assuntos, mas acabam perdendo-se em elucubrações, o que gera um questionamento para Lukács: “Não se terá tornado [o ensaio] também ainda mais problemático e ainda mais distanciado do valor da vida do que se dissertasse fielmente sobre livros?” (2008). Mas o autor consegue vislumbrar uma saída para os ensaístas e propõe: “Agora o ensaísta tem de refletir sobre si mesmo, encontrar-se e construir algo próprio com o que lhe é próprio”, pois só assim ele “desmascara tudo o que é aparentemente positivo e imediato” (2008).

Adorno se confronta diretamente com Lukács, afirmando que este se enganou quando enxergou no ensaio uma forma de arte. “A consciência da não-identidade entre o modo de exposição e a coisa [exposta] impõe à exposição um esforço sem limites. Apenas nisso o ensaio é semelhante à arte (...)” (ADORNO, 2003, p. 37). Para Adorno, somente na questão da forma o ensaio se liga a arte, já que seu conteúdo se volta sempre para a teoria, sem possuir maiores pretensões estéticas. O autor identifica o ensaio como um texto em que a objetividade de seus conteúdos se alia a um esforço expressivo – não sendo prejudicado por este, como julgavam os positivistas – uma vez que “O que determina o ensaio é a unidade de seu objeto, junto com a unidade de teoria e experiência que o objeto acolhe” (2003, p. 36).

Sem início ou fim determinados, o ensaio transita com liberdade por seus conteúdos, desconstruindo a noção de “origem” e “verdade” como conceitos fechados e atemporais. Pensando “em fragmentos” (ADORNO, 2003, p. 35), ele é delimitado pela matéria de que trata e não teme a complexidade dos assuntos que abarca, buscando sempre aprofundar a relação com o objeto analisado¹⁵. Adorno afirma ser tal gênero a “crítica da ideologia” (2003, p. 38), uma vez que se vale do já cristalizado historicamente, redescobrimo-o, reconfigurando-o; ele não só abarca todas as teorias vigentes em sua escrita, como as contesta e desconstrói, sendo assim “mais dialético do que a dialética” (2003, p. 39). Servindo-se de uma citação de Max Bense, em que o “ensaio” é contraposto ao “tratado”, Adorno “define” o gênero:

Assim se diferencia, portanto, um ensaio de um tratado. Escreve ensaisticamente quem compõe experimentando; quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e o apalpa, quem o prova e o submete à reflexão; quem o ataca de diversos lados e reúne no olhar de seu espírito aquilo que vê, pondo em palavras o que o objeto permite vislumbrar sob as condições geradas pelo ato de escrever (1947 *apud* ADORNO, 2003, pp. 35-36).

Sílvia Lima, em *Ensaio sobre a essência do ensaio* (1964), além de apresentar um panorama histórico e estabelecer algumas características gerais, questiona a formulação do ensaio enquanto gênero literário. Para ele, por ser “o *espírito crítico*, o *livre-exame*” (1964, grifo do autor, p. 201), o ensaio deve ser pensado em cada obra, sendo impraticável sua conjugação em um gênero específico, com suas características pré-configuradas¹⁶. Próximo a tal idéia está Lukács (2008) quando postula que cada ensaio cria seu próprio mundo, em que o ensaísta estabelece seus parâmetros de julgamento, o que, portanto, inviabiliza a noção de que

¹⁵ Exemplificando a noção de que o ensaio parte sempre “do mais complexo, não do mais simples e já previamente familiar”, Adorno escreve: “A forma do ensaio preserva o comportamento de alguém que começa a estudar filosofia e já possui, de algum modo, uma idéia do que o espera. Ele raramente iniciará seus estudos com a leitura dos autores mais simples, cujo *common sense* costuma patinar na superfície dos problemas onde deveria se deter; em vez disso, irá preferir o confronto com autores supostamente mais difíceis, que projetam retrospectivamente sua luz sobre o simples, iluminando-o como uma “posição do pensamento em relação à objetividade”. A ingenuidade do estudante que não se contenta senão com o difícil e o formidável é mais sábia do que o pedantismo maduro, cujo dedo em riste adverte o pensamento de que seria melhor entender o mais simples antes de ousar enfrentar o mais complexo, a única coisa que o atrai.”, em: ADORNO, 2003, p. 32.

¹⁶ Lima questiona o posicionamento do ensaio enquanto gênero artístico citando o caso de Montaigne: “Montaigne auto-retrata-se; o seu auto-retrato faz-se mediante uma *maneira* inconfundível de pincelar, de debuxar; tal maneira é que representa o ensaio, nele sempre vinculado à sua *assinatura*. Quem diz gênero (*sic*); diz regras; ¿ ora quem mais *desregrado* do que Montaigne? (1964, grifos do autor, p.78). Dessa forma, a escrita única e constituída pela personalidade de Montaigne não condiziria com a rigidez e padronização que a definição de gênero impõe.

dois ensaios diferentes possam se contradizer quando confrontados¹⁷.

Ainda assim, descontados os devidos embates, de modo geral o ensaio é caracterizado como um gênero livre, em que a voz do autor ganha destaque (FISCHER, 2009), tendo relação com a literatura no que concerne a um esforço expressivo em transmitir conteúdos. O ensaio é sempre lembrado por sua originalidade e estabelecido em oposição à produção acadêmica (sistematizante), ainda que muitas vezes se valha do “historicamente produzido” (ADORNO, 2003, p. 26) para criar/ viabilizar novas abordagens e conceituações que acabam por recair no domínio acadêmico.

Colocando-o junto aos “despropósitos”, Adorno louva no ensaio a liberdade com que ele se desloca entre os temas sobre os quais se propõe a dissertar. “Ele não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim” (2003, p. 17). Para o ensaísta não há tamanha complexidade ou já advertida obviedade que lhe impeça de “eternizar o transitório” de seu pensamento, como brilhantemente definiu Adorno.

¹⁷ “Assim, não é possível que dois ensaios se contradigam um ao outro: pois cada um deles cria um outro mundo e mesmo quando, a fim de alcançar uma maior generalidade, ultrapassa-lhe os limites, ele permanece em tom, cor, ênfase, sempre no mundo criado (...)”, em: LUKÁCS, 2008.

4. As raízes do labirinto: um estudo comparado

Ao enfocar agora o ensaio latino-americano e seu âmbito histórico-sociológico, buscou-se realizar uma análise comparativa das obras *Raízes do Brasil* (2006), de Sérgio Buarque de Holanda, e *O labirinto da solidão* (2006), de Octavio Paz. Com base na afirmação de Silviano Santiago segundo a qual *Raízes do Brasil* e *O labirinto da solidão* “marcam nas respectivas culturas nacionais [brasileira e mexicana] o fim do saber literário como fundamento primordial das grandes interpretações da América Latina” (2006, p. 15), considera-se que o diálogo entre os dois livros se legitima e completa, uma vez que são eles os últimos expoentes neste esforço crítico de avaliar a formação das identidades nacionais através do método literário ensaístico. O estabelecimento de tal diálogo se justifica dada a proximidade temporal das datas de publicação (1936 e 1950), a preocupação comum em avaliar a construção identitária, e pelo vigor com que ainda são debatidos (exemplificado pela recente fortuna crítica acrescida: SANTIAGO, 2006; MONASTERIO, 2008; NEDER CERQUEIRA, 2010). A técnica comparativa é utilizada aqui cuidando em não reduzi-la à busca de analogias forçadas¹⁸ ou à simples corroboração de perspectivas já previamente delimitadas; buscou-se o pleno aproveitamento das proposições originais advindas da comparação entre os textos.

Inaugurando a coleção “Documentos Brasileiros” (sob a direção de Gilberto Freyre), *Raízes do Brasil* foi lançado em 1936 pela José Olympio Editora. Oriundo de um longo ensaio, editado em 1935 na revista *Espelho*, intitulado “Corpo e alma do Brasil”, *Raízes* foi publicado após uma viagem de Sérgio Buarque de Holanda a Europa, na qual pôde conjugar aos seus ideais de jovem modernista¹⁹ as discussões estéticas e ideológicas que se apresentavam no âmbito europeu. Desta primeira edição, surge a segunda em 1947,

¹⁸ Acerca da História comparada, e das confusões de análise que podem decorrer de seu uso equivocado, o historiador Marc Bloch afirma: “Mais gardons-nous d’entretenir un malentendu dont la méthode comparée n’a que trop souffert. Trop souvent on croit, ou affecte de croire, qu’elle n’a d’autre objet que la chasse aux ressemblances; on l’accuse volontiers de se contenter d’analogies forcées, voire, à l’occasion, de les inventer, en postulant arbitrairement je ne sais quel parallélisme nécessaire entre les diverses évolutions. (...) il est trop certain que la méthode, ainsi pratiquée, ne serait qu’une méchante caricature.”, em: BLOCH, Marc. *Mélanges historiques*. Tome I. Paris: SEVPEN, 1963. II: Pour une histoire comparée des sociétés européennes, pp. 16-40.

¹⁹ Ainda que não tenha participado diretamente do Movimento Modernista de 1922, em São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda estava em contato constante com as figuras que encabeçavam tal movimento, além de, no Rio de Janeiro, ter participações diversas nas revistas *Estética*, *Klaxon* e *Fon-Fon*. Ver: PRADO, Antonio Arnoni. No roteiro de *Raízes*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização Ricardo Benzaquen de Araújo, Lilia Moritz Schwarcz. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 295-312.

ligeiramente modificada pelo autor “onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância” (HOLANDA, 2006, p. 13), e ainda uma terceira de 1955 com pequenas mudanças, e que se apresenta como a edição definitiva de *Raízes*. Como lembra Antonio Candido, avaliando sua recepção entre os estudantes, “Ele foi penetrando discretamente e só mais tarde o ritmo das edições mostrou a sua presença forte. (...) e também só aos poucos fui me capacitando de sua grande importância, porque é discreto” (PONTES, 2001, p. 9).

O livro se tornaria um marco na carreira de Sérgio Buarque de Holanda e no pensamento social brasileiro, constituindo parte da tríade que buscava “redescobrir” o Brasil, entre os anos 1930 e 40, ao lado de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.²⁰. Mas ainda que Holanda seja hoje reconhecido como um (grande) historiador, *Raízes* não se configurava como um livro de História. Há nele uma visível influência do Sérgio Buarque crítico literário, que atuava em jornais e revistas desde sua mocidade. O autor de *Raízes* passará a se dedicar exclusivamente à História um pouco depois de publicar este livro, contudo, sempre buscando repensá-la e superá-la, para que ela também atue nessa (re)formação do nacional (DECCA, 2004).

Quando *Raízes* foi publicado, o Brasil acabara de passar por um momento político determinante para sua história. Com a Revolução de 1930, a chamada “política do café com leite” foi destituída e a República Velha chegou ao fim. Surgiu aí a figura de Getúlio Vargas, que através de um golpe instituiu o Estado Novo, perpetuando a “Era Vargas” até 1945. No plano internacional, atravessava-se uma crise do modo capitalista de produção, associada às consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da quebra da Bolsa de Nova York (1929), que levaram à fragilização econômica, política e social dos países europeus e dos Estados Unidos.

Por sua vez, *O labirinto da solidão* foi escrito após uma viagem de Octavio Paz aos Estados Unidos, e publicado em 1950 pela editora Cuadernos Americanos. Sua segunda edição, de 1959, foi revista e aumentada, e em 1970 Paz publica *Postdata*. Este último foi escrito após o Massacre de Tlatelolco, ocorrido em 1968 no México, em que entre 300 e 500 pessoas (até hoje não se sabe ao certo) foram assassinadas durante uma manifestação contra medidas autoritárias do governo do presidente Gustavo Díaz Ordaz Bolaños. Octavio Paz considera o *Postdata* (na tradução brasileira: *Post Scriptum*) “um prolongamento do outro

²⁰ Gilberto Freyre integra a tríade com o livro *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933, e Caio Prado Jr. com *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942.

livro [*O labirinto da solidão*], (...) não só por continuá-lo e atualizá-lo, mas também por ser uma nova tentativa de decifrar a realidade” (PAZ, 2006, p. 195).

Como ressalta Silviano Santiago (2006), Paz foi o primeiro intelectual latino-americano a estudar a questão da diáspora, através da figura do *pachuco*: mexicano marginalizado migrante para os Estados Unidos. Negando a pretensão de um estudo formal acerca do caráter mexicano, Paz afirmou: “Não se trata da psicologia do mexicano; mas sim, da descrição de um ritmo histórico vital (o da dialética da solidão e da comunhão) de um momento e um povo”²¹ (STABB, 1969, p. 304). De forma ainda mais evidente que Sérgio Buarque de Holanda, Paz sempre esteve muito ligado a questões literárias, produzindo poemas e textos críticos durante toda sua vida. Tal relação se demonstra bastante presente na escrita d’*O labirinto*.

Quanto ao momento histórico em que Octavio Paz escreve seu livro (1950, no decorrer da Segunda Guerra Mundial), Silviano Santiago sintetiza as questões que o permeavam:

Há a crítica dos sistemas totalitários modernos, simultânea à vitória dos governos liberais aliados sobre os nazi-fascistas. Há as campanhas a favor da democracia ocidental lideradas pelos Estados Unidos da América, que tinham como *bête noire* o regime soviético e outros regimes exóticos. Há, finalmente, de volta à casa paterna, uma incipiente desconfiança nos desmandos autoritários do PRI (Partido Revolucionário Institucional) (2006, p. 26).

Reconhecendo nos textos a extrema relevância para a História literária que ambos apresentam e a intrínseca relação entre Literatura, História e Sociologia, e uma vez que são marcos dentro do gênero ensaio nesse esforço crítico por revelar a nação, o método de análise empregado contemplará primariamente a leitura e o uso que cada autor faz do gênero ensaístico, e de como lida com ele na elaboração de seu tema. Dessa forma, toma-se como ponto de partida a proposta de Silviano Santiago, que define o trabalho do crítico latino-americano contemporâneo:

Nosso trabalho crítico se definirá antes de tudo pela análise do uso que o escritor fez de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público, do partido que ele tira, e nossa análise se completará pela descrição da técnica que o mesmo escritor cria em seu movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único e de reprodução impossível (2000, pp. 20-21).

Nesse sentido, o sub-capítulo que segue (“Ensaísmo”) explorará a estrutura ensaística e as características principais manifestas nos textos de Holanda e Paz. Pautando-se em algumas assertivas dos teóricos supracitados, questiona-se o modo como o gênero foi

²¹ Tradução minha.

apreendido pelos dois autores; por outro lado, compreendendo ambos enquanto representantes de uma geração²², propõe-se, a partir de seus textos, uma linha comum ao ensaio latino-americano do período. Um segundo sub-capítulo (“Construção”) percorrerá a questão da construção das identidades nacionais em ambos os livros, indicando relações históricas e de formação política e social que se mostram relevantes ao se pensar o suposto caráter do brasileiro ou do mexicano. Em um terceiro momento (“Crítica”), o foco se concentrará na discussão que ambos os autores empreendem na tentativa de pensar a questão identitária em sua contemporaneidade, debatendo a pertinência de uma conexão mais limítrofe de seus países ao bloco da América Latina.

4. I. Ensaísmo

Ao se confrontar *Raízes do Brasil* e *O labirinto da solidão*, o primeiro ponto que se evidencia é o caminho semelhante que ambos os autores trilharam para a construção dos livros. Partindo de uma experiência pessoal, que inclui uma viagem ao exterior, tanto Sérgio Buarque de Holanda como Octavio Paz têm a oportunidade de reavaliar os estereótipos e a construção histórica já consolidada acerca de suas realidades nacionais. Neste caminho, o advento da viagem²³ se revela fundamental, sendo ele o propulsor deste *repensar*, do esforço de, a partir de experiências distintas, estabelecer se existem, de fato, características caras a determinados povos e, se sim, quais são elas e de que modo ocuparam tal espaço – como pontua Octavio Paz na passagem:

E devo confessar que muitas das reflexões que fazem parte deste ensaio nasceram fora do México, durante dois anos que passei nos Estados Unidos. Lembro-me de que, cada vez que me inclinava sobre a vida norte-americana, desejoso de encontrar sentido para ela, encontrava a minha imagem inquisidora (2006, p. 16).

Neste esforço de construção de identidade, se revela o que Walter Benjamin (1987) compreendeu como a “perda da memória coletiva”. Para o autor, com o advento da guerra

²² Valho-me aqui do conceito de geração cunhado por Karl Mannheim, que afirma: “o fenómeno (*sic*) social “geração” nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição, que compreende “grupos de idade” mergulhados num processo histórico-social (...)”; portanto, o autor não se refere apenas a dados biológicos, mas pressupõe indivíduos que podem passar pelas mesmas experiências e receber os mesmos dados/ informações; há uma confluência social e histórica. Em: MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Volume II. Rés Editora: Portugal, [19--]. Capítulo VII: O problema das gerações, pp. 115-176.

²³ Cabe fazer referência a Mannheim que, ao estudar as mudanças geracionais, apresenta como fundamental a experiência do “contato fresco”, que ocorre quando um indivíduo abandona seu grupo, indo se relacionar em outro espaço físico, com outras pessoas. A partir daí que várias mudanças ocorrem, tanto no indivíduo, como na percepção deste em relação ao seu antigo grupo. Em: MANNHEIM, op. cit.

(trata-se aqui da experiência a partir da Primeira Guerra Mundial), os combatentes retornavam para suas casas silenciosos, “pobres em experiências comunicáveis” (BENJAMIN, 1987, p. 115). Com a ausência do intercâmbio destas experiências, novas formas de comunicação teriam se imposto: a arte de narrar entra em extinção, e sua dimensão utilitária, que consiste em dar conselhos, denota a perda de sabedoria por parte dessa geração.

Walter Benjamin, em seu ensaio “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (de 1936), elucida o movimento que esta figura deve empreender na troca de experiências: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (1987, p. 201); menciona, também, dois modos de se adquirir tais experiências que possibilitam a perpetuação do narrar: através de viagens (historicamente personificado no marinheiro comerciante), ou da tradição (representado pelo camponês sedentário). Contudo, Benjamin reitera que o processo da “impossibilidade do narrar” não é um fenômeno moderno. Ele foi se constituindo ao longo de muitos séculos, através da evolução das forças de produção que, do mesmo modo como alienou o trabalhador da percepção do produto final de sua atividade, terminou por apartar o homem das narrativas orais – cujo primeiro indício é a configuração do romance²⁴, gênero ligado à burguesia, e a expansão da imprensa e de sua técnica de reprodutibilidade em massa.

Com a consolidação da burguesia e a valorização da individualidade, o homem se descobre um solitário e a noção de comunidade se dilui progressivamente. Nesse processo, Benjamin aponta para a perda da tradição e da cultura, “Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1987, p. 115). A informação, estabelecida como a nova forma de comunicação deste novo homem, torna o saber que vem de longe (tanto espacial como temporalmente) menos importante que aquilo que ocorre próximo a nós, e que já vem acompanhado de explicação.

De acordo com Benjamin, esta nova era da informação, fugaz e efêmera, deixa toda a humanidade pobre em experiência. O que antes se constituía como uma comunidade é agora um amontoado de indivíduos esparsos que já não conseguem narrar o que lhes ocorreu ao longo do dia. Destituídos de memória, buscam a identidade nos resquícios de relações que ainda se mantêm e nas novas formas de sociabilidade que vão sendo impostas, constituindo

²⁴ Vale ressaltar que o momento histórico em que surge o romance moderno é bastante próximo daquele em que o ensaio desponta como gênero, através dos escritos de Michel de Montaigne. Ambos são frutos deste novo homem moderno, individualizado e inconstante.

outra espécie de narrar, uma forma não-linear de testemunhar a desagregação de experiências que se impõem a esse indivíduo.

Lukács (1968) descreveu essa mudança de paradigma no campo literário no texto “Narrar ou Descrever?” (de 1936). Segundo o autor, o romance deixa aos poucos de operar no domínio da narração para se constituir pela descrição, refletindo “uma necessidade histórico-social da vida (...) e um produto necessário da evolução social” (LUKÁCS, 1968, p. 57). A descrição, fruto deste momento que nos escreve Benjamin (1987) da informação decodificada, “elimina sempre, em medida crescente, o intercâmbio entre a *praxis* e a vida interior” (LUKÁCS, 1968, p. 63), nivelando todas as coisas. O ensaio se ligaria, entretanto, ao domínio da narração, preocupado com o “participar”: “A narração distingue e ordena” (LUKÁCS, 1968, p. 66), “tomando os elementos evocados como motes para uma reflexão que envolve risco e eventual mudança, até o paroxismo” (FISCHER, 2009, p. 107). Contudo, sua narração operará no domínio mais individualizado e subjetivo do sujeito que se busca, através do ato de testemunhar, do confessar.

Raízes e *O labirinto* se revelam, dessa forma, espécies de testemunho, em que cada autor expõe suas impressões pessoais e discute a validade destas, admitindo que talvez “não tenha[m] outro valor senão o de constituir uma resposta pessoal para uma pergunta pessoal” (PAZ, 2006, p. 24). Octavio Paz enfatiza este viés ao longo de seu texto, utilizando expressões como: “Vou ensaiar uma resposta”, “devo confessar”, “Meu testemunho”, “pergunta pessoal”. Mas ainda que Sérgio Buarque não seja tão explícito, ambos constantemente se questionam, se reescrevem e, dado principal, se unem ao seu objeto, criando um “nós” imaginário que por vezes possui “A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade” (HOLANDA, 2006, p. 160), e outras o “gosto pelos adornos, descuido e fausto, negligência, paixão e reserva” (PAZ, 2006, p.16).

Assim, a opção pelo ensaio se revela consciente por parte dos autores, não apenas por tal gênero se apresentar como a tradição literária do momento, mas também uma vez que ele reflete, conforme sua própria etimologia revela, a tentativa de responder, o esforço crítico em se pensar algo novo que se encerra em cada livro. É ele também que consegue conjugar as características tão díspares que são atribuídas aos objetos de estudo dos autores, dada sua “ampla *liberdade* discursiva” (LIMA, 1964, grifo do autor, p. 134). Liberdade esta que permite ao interlocutor ensaiar uma resposta, retroceder, ensaiar outra; sempre calcado em um discurso autoreflexivo, abrangente e pessoal.

O ato de testemunhar, o uso da confissão, próprio do ensaio, manifesta naquele que se expressa um desejo de autoconhecimento, a necessidade de, a partir de acontecimentos passados e de sua experiência pessoal, projetar naquele instante uma identidade que contemple a realidade daquele momento presente. O testemunho, característica principal deste gênero aberto que é o ensaio, deixa entrever, portanto, os objetivos últimos de nossos autores.

Esta escrita que confessa e se busca surge em um momento de crise – México pós-revolução e pré-“ditadura” do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e Brasil da Era Vargas –, de mudanças sociais e históricas que criam uma situação problemática, exigindo sua reavaliação. Tal reconstrução se deixa perceber na própria escolha pela forma ensaio²⁵, gênero consolidado a partir de uma tradição européia, que é apropriado e remodelado. Tanto em *Raízes* como em *O labirinto*, a oscilação que a própria dificuldade do tema impõe ao ritmo do texto já se constitui enquanto uma acomodação dessa tradição ensaística.

Interessante notar a aparente contradição dos autores que em seus textos criticam a importação de idéias que não foram elaboradas em âmbito nacional e que não refletem a realidade histórico-social de seus países – “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil” (HOLANDA, 2006, p. 19); “Também as nossas idéias nunca foram nossas de todo, mas sim herança ou conquista das idéias criadas pela Europa” (PAZ, 2006, p. 150) – ao mesmo tempo em que elegem a forma ensaística para desenvolver suas considerações.

Cabe aqui o paralelo, por exemplo, com a Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo, e que teve como pano de fundo o antropofagismo que nos propunha Oswald de Andrade, como forma de elucidar tal contradição. O Brasil, empreendendo um esforço na busca da “brasilidade”, olha para o passado na tentativa de construir o futuro. Como sintetiza o crítico de arte Ronaldo Brito:

A Semana de 22 representou o primeiro esforço organizado para olhar o Brasil moderno. E, por isto, num certo sentido, também para construir o Brasil moderno. Daí o absurdo em pretender reduzi-la a um mimetismo das modas artísticas européias. Absurdo tão grande quanto supor que a industrialização do país resultou do simples desejo de imitar os países desenvolvidos. Ingênuo seria, por outro lado, imaginar que não estivesse vinculada, numa posição obviamente subalterna, aos modelos culturais dominantes. Frente a esses modelos, o Modernismo brasileiro, digo o verdadeiro e consciente, sempre obedeceu a uma dialética inevitável – a de

²⁵ De acordo com Tzvetan Todorov, é possível identificar a ideologia dominante em uma sociedade pelos gêneros discursivos em voga. Ver: TODOROV. *Os gêneros do discurso*. Tradução Elisa Angotti Kossovich. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

lutar para compreender e assumir com o intuito de emancipação. A conhecida teoria antropofágica de Oswald de Andrade apenas faz essa exigência em um plano ironicamente visceral: todo dia devíamos comer nosso bispo Sardinha cultural. (1983, p. 14)

No caso de Sérgio Buarque de Holanda e Octavio Paz, ainda que a escolha por um gênero europeu para tratar de um tema nacional possa não ser completamente consciente, mas também fruto das diversas circunstâncias já citadas, está incutida nela a possibilidade de lidar com nossas incoerências em diálogo com o “centro”, a Europa. Ambos os autores ponderam que uma forma de expressão “nossa” ainda está por se fazer. E enquanto esta não emergisse, ainda seriam válidas e necessárias análises e descrições como as por eles empreendidas.

Estruturalmente, ambos os livros se assemelham: empreendem uma espécie de percurso histórico que perpassa o período das “conquistas” e se estende até a época atual – em Holanda temos os capítulos: “Fronteiras da Europa”, “Trabalho & aventura”, “Herança rural”, “O semeador e o ladrilhador”²⁶ e “Novos tempos”; já em Octavio Paz: “Os filhos da Malinche”, “Conquista e Colônia” e “Da Independência à Revolução” –; dedicam alguns capítulos ao tipo humano que tinha destaque no momento em que escrevem e a alguns estereótipos do sujeito nacional – “O homem cordial”, em Sérgio Buarque; “O pachuco e outros extremos”, “Máscaras mexicanas” e “Todos os Santos, Dia de Finados”, em Octavio Paz –; e os capítulos finais se apresentam como uma tentativa de pensar os tempos contemporâneos – respectivamente, “Nossa revolução” e “Nossos dias”.

Contudo, ainda que com estrutura semelhante e mesmos temas gerais, o enfoque e o modo como cada autor opera é bastante particular. Confrontando-os, evidenciam-se as características do ensaio que o projetam como um gênero bastante livre, introspectivo e mutável, já que os autores, pautados no mesmo mote, conseguem estabelecer tendências próprias, e tratar as questões do nacional de forma bastante específica e diversa²⁷. Criam o seu próprio mundo, único e, assim, completamente original.

Sérgio Buarque de Holanda, de acordo com Antonio Candido, empreendeu uma análise bastante voltada para a “psicologia e da [para a] história social” (2006, p. 249). Há uma notável preocupação em sistematizar uma revisão histórica para, a partir daí, investigar os meios de “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura” (HOLANDA, 2006, p. 188).

²⁶ Nomes dos capítulos referentes à alteração que ocorreu a partir da segunda edição de *Raízes do Brasil*.

²⁷ Tais questões serão aprofundadas na próxima subseção: “Construção”.

Além disso, “O seu respaldo teórico prendia-se à nova história social dos franceses, à sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos de teoria sociológica e etnológica também inédito entre nós” (CANDIDO, 2006, p. 237), configurando uma nova abordagem para algumas questões já antigas e bastante discutidas.

Holanda, diversamente de Octavio Paz, não se liga diretamente à literatura e nem apresenta de forma explícita um viés mais literário²⁸ em sua escrita, ao argumentar ou digressionar. Ainda assim, tal aproximação se denota no esforço expressivo do autor ao transmitir conteúdos, o que torna seu modo de “ensaiar” próprio e reconhecível, como deixa ver Brasília Sallum Jr. ao indicar o *modus operandi* de *Raízes*:

Livro pequeno, de menos de 150 páginas, *Raízes do Brasil* não se ajusta bem a leitores apressados. Costuma dizer muito com poucas palavras, não evita digressões e costura com fios pouco visíveis os seus sete capítulos. Deve, pois, ser lido devagar, saboreado, para não se perderem elos da argumentação nem a beleza da linguagem (1999, p. 237).

Já em Octavio Paz, ainda que se delineie uma contextualização histórica, esta é entremeada e ultrapassada por uma questão latente a ele: a busca por uma forma de expressão própria. Investigando-a, “se vale das regras de construção do poema lírico e de fatura dramática” (SANTIAGO, 2006, p. 55) e de uma “escrita hermenêutica” (SANTIAGO, 2006, p. 33), deixando entrever tendências literárias e antropológicas enraizadas a seu estilo. O apêndice do livro, “A dialética da solidão”, é um grande exemplo da carga poética e filosófica que sua escrita carrega. Ampliando seu pensar para o “ser universal”, Paz se vale do mito do labirinto para descrever a solidão a que o ser humano está condenado, pois “A solidão é a profundidade última da solidão humana. O homem é o único ser que se sente só e o único que é busca de outro” (PAZ, 2006, p.175).

Retomando e contrapondo as teses de Theodor W. Adorno (2003) sobre o ensaio aos dois livros, é reconhecível a desconstrução de questões ligadas a uma noção tradicional de verdade e de método que esse gênero discute. Em primeiro lugar, a percepção de que a experiência individual é, também ela, mediada, se juntando à experiência da humanidade, traz para o ensaio o valor daquilo que é historicamente construído. Ele admite todas as mediações pelas quais o pensamento humano passa para se chegar a determinada idéia, e legitima a transitoriedade. Desta forma, são tidas como autênticas as tentativas de Sérgio

²⁸ Entender por literária uma escrita mais ligada a “*bien écrit*”, ao valor estilístico da obra de arte, de que nos fala Lukács (2008).

Buarque e Octavio Paz em perpetuar suas avaliações pessoais sobre a nacionalidade. Para o ensaísta, os conceitos atemporais consistem em uma falsa idéia, pois a totalidade não se constitui em algo dado, as identidades não são eternizadas.

Segundo Adorno, “O ensaio abandona o cortejo real em direção às origens (...)” (2003, p. 28), aprofundando a relação com o objeto analisado. Uma análise mais completa e abrangente de *Raízes do Brasil* e *O labirinto da solidão* aponta para a concepção dessa metáfora manifesta que remete à raiz, à origem –o discurso da busca por uma “primitividade” – como uma falsa questão dentro das obras. Para Octavio Paz, o desenraizamento dos mexicanos já está colocado. Holanda quer o “aniquilamento das raízes ibéricas”. A busca aqui não é mais pela origem (questão universal, de acordo com Paz), mas sim por uma forma de expressão nova e convincente. Aos fragmentos, os autores ensaiam suas respostas, valendo-se da “forma crítica *par excellence*”, conforme definiu Adorno (2003, p. 38).

4. II. Construção

Ainda que *Raízes do Brasil* e *O labirinto da solidão* sejam hoje em dia lidos enquanto expoentes de um esforço geracional comum em pensar a questão da construção da identidade nacional em seus respectivos países, cabe ressaltar qual a proposta a que cada autor atendia quando da elaboração de seus ensaios, o que permitiria reavaliar o caminho por eles empreendido. Sérgio Buarque de Holanda, preocupado com “nossas formas de convívio, nossas instituições, [e] nossas idéias” (2006, p. 19) importadas, se propõe a “investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura”²⁹ (1936, p. 3). O autor reitera que adotando um sistema de idéias que não advém da realidade brasileira, acaba-se por tornar negativos traços de temperamento local, o que acarreta a despersonalização por parte do país. Já Octavio Paz apresenta sua nação como um adolescente, ainda em fase de crescimento, e que acaba de entrar na época da singularização. Por isso, para ele, a principal pergunta a ser respondida seria: “o que somos e como realizaremos isto que somos?” (2006, p. 13) – a qual se desdobra em: “Se somos nós que nos sentimos diferentes, o que nos faz diferentes e em que consistem estas diferenças?” (2006, p. 23).

N’*O labirinto* fica evidente a preocupação de Octavio Paz, não explícita em Sérgio

²⁹ As referências do livro *Raízes do Brasil* de 1936 tiveram sua ortografia atualizada pela autora.

Buarque, em sistematizar e definir seus objetos e conceitos trabalhados. Principalmente no primeiro capítulo, “O pachuco e outros extremos”, Paz elabora uma longa reflexão acerca das razões que o motivaram a escrever, ressaltando que “Nem toda a população que habita o nosso país é objeto das minhas reflexões, mas apenas um grupo concreto, constituído pelos que, por razões diversas, têm *consciência do seu ser, como mexicanos*” (2006, grifo meu, p. 15). Ele ainda apresenta o caráter nacional como mutável, ciente de que esta elaboração proposta n’*O labirinto* é fruto daquela circunstância e tempo específico vivido por ele.

É talvez por esta razão que Octavio Paz, ao buscar definir a “mexicanidade”, irá fazê-lo em contraponto aos norte-americanos, seus “contemporâneos”³⁰, e não como Sérgio Buarque de Holanda, que vai enxergar no brasileiro diversas características derivadas do português – o já fisicamente distante colonizador europeu. Assim, Paz estabelece as diferenças:

Eles [norte-americanos] são crédulos e nós [mexicanos] crentes; amam os contos de fadas e as histórias policiais, e nós os mitos e as lendas. Os mexicanos mentem por fantasia, por desespero ou para superar sua vida sórdida; eles não mentem, mas substituem a verdade verdadeira, que é sempre desagradável, por uma verdade social. Embedamo-nos para nos confessarmos; eles para esquecer. São otimistas; nós niilistas – só que o nosso niilismo não é intelectual, mas sim uma reação instintiva: portanto é irrefutável. Os mexicanos são desconfiados; eles são abertos. Nós somos tristes e sarcásticos; eles são alegres e humorísticos. Os norte-americanos querem compreender; nós queremos contemplar. (2006, pp. 25-26)

Já Holanda identifica as continuidades: “E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra [brasileiros], não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura [dos portugueses]?” (2006, p. 37); “O que importa salientar aqui é que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais [nos brasileiros] vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade [próprio dos portugueses].” (2006, p. 172); e ainda:

No fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós [brasileiros]. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. E a verdade é que (...) portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios (...). (2006, p. 25)

Mas Sérgio Buarque não se esquece da influência que o escravo negro trará à colônia brasileira, e que se estende ao longo de nossa história: “O gosto do exótico, da sensualidade

³⁰ Valho-me aqui do conceito de contemporaneidade, no sentido de proximidade. Os conflitos entre mexicanos e norte-americanos, ainda que sejam uma condição surgida a muitos séculos, são extremamente atuais e mal-resolvidos. Portanto, a proximidade geográfica (reiterada pelas mútuas migrações) é também temporal, uma vez que esta é uma questão manifesta para o México.

brejeira, do chichisbeísmo, dos caprichos sentimentais (...)” (2006, p. 55), “Sinuosa até na violência, negadora das virtudes sociais (...)” (2006, p. 56). Holanda identifica uma mútua dependência entre escravos e senhores e uma “moral das senzalas” que acompanhará todas as esferas da vida colonial.

De modo mais negativo, Octavio Paz também remete a uma “moral de escravos” como forma de explicar alguns traços de “gente dominada” (2006, p. 67) do caráter mexicano. Contudo, ainda que Paz acredite que as características nacionais possam surgir de questões históricas, ele adverte ser esta uma explicação simplista para uma causa complexa. Embora o período colonial e a Independência tenham, cada um a seu tempo, gerado uma “atitude fechada e instável” (2006, p. 67), perpetuando a miséria e as diferenças sociais, há para o autor uma mescla entre causas antigas e atuais que explicariam o isolamento a que os mexicanos continuariam se submetendo.

Entre as causas antigas, talvez a mais notória advenha do extermínio das “civilizações complexas e refinadas” (PAZ, 2006, p. 83) que habitavam o México pré-conquista, e que Octavio Paz recupera no capítulo “Conquista e colônia”. De acordo com ele, a

(...) América Medial era constituída por um conjunto de povos, nações e culturas autônomas, com tradições próprias, exatamente como o Mediterrâneo e outras áreas culturais. Por si mesma, a América Medial era um mundo histórico (2006, p. 84).

Contudo, com a chegada de Cortés, o império asteca foi dizimado e o Estado espanhol se impôs sobre as tradições locais. A queda deste grandioso povo e sua subjugação acompanhariam os mexicanos até os dias de hoje, como uma grande ferida que não consegue cicatrizar (ROLAND, 1997).

E, em contraponto a esta “pré-história” (pré-conquista) rica e auto-suficiente, estaria o Brasil. Como aponta a socióloga Ana Maria Roland, analisando o modo de colonização empregado de acordo com as populações locais características dos dois países:

Lá [México], uma civilização sofisticada cultural e tecnicamente, um império teocrático-militar; aqui [Brasil] ‘as populações mais rasteiras do continente’ (como definiu Gilberto Freyre). Em *Nueva España* foi possível, por exemplo, aproveitar-se o contingente indígena na exploração econômica agrícola e mineradora, sendo assim relativamente pequena a importação de escravos. No Brasil, a ocupação fez-se, predominantemente, com os escravos africanos. Nesses termos, é correto afirmar que ambos são países mestiços, porém assentados em tradições bem diversas (1997, p. 116).

Esta oposição histórica é, portanto, determinante no modo como os povos se auto-projetam hoje em dia e, também, em como nossos autores abordaram as questões referentes ao passado. Paz reitera a todo momento essa grandiosidade mexicana tomada pelos exploradores. Holanda

não faz referências diretas a nenhuma forma de cultura indígena, existente pré-conquista. Dessa forma, cabe aqui a ressalva de Roland, quando esta afirma que “(...) não é possível estabelecer uma comparação simétrica entre duas tradições nacionais distintas, em que pesem as semelhanças havidas na colonização ibérica” (1997, p. 114).

A partir da penúltima citação de Ana Maria Roland, é possível vislumbrar uma questão crucial para os dois autores: o modo de colonização empregado. Percebendo os modos quase opostos pelos quais seus respectivos colonos buscaram resolver a questão territorial, Holanda e Paz mencionam, respectivamente, os “espíritos” diversos que guiaram espanhóis e portugueses (de “trabalho” e “aventura”) e uma vontade espanhola de fazer da colônia sua semelhante como motivações diferentes que determinaram distintas ocupações territoriais. Sérgio Buarque atribui mais um caráter de feitorização do que propriamente de colonização aos portugueses, identificando-os com um espírito aventureiro e explorador que teria facilitado sua adaptação aos trópicos, e uma ausência de “orgulho de raça” que lhes possibilitaria apreender, inclusive, os modos de operação dos nativos. Já a Espanha, ligada a um espírito trabalhador, teria se preocupado mais em criar grupos populacionais estáveis, constituindo cidades mais organizadas e bem localizadas. Partidário desta mesma divisão, Octavio Paz afirma:

As colônias [espanholas] atingiram em pouco tempo uma complexidade e uma perfeição que contrastam com o lento desenvolvimento das fundadas por outros países. A existência prévia de sociedades estáveis e maduras facilitou, sem dúvida, a tarefa dos espanhóis, mas é evidente a vontade hispânica de criar um mundo à sua imagem (2006, p. 92).

Mas ainda que os grupos populacionais arregimentados pelos colonizadores constituíssem vantagem para o México, eles não significaram a configuração de um espírito de nação, de conjunto. Os povos pré-Cortés constituíam comunidades, mas com a conquista ocorre um descompasso, um desligamento entre estas populações e a história e cultura mítica que a acompanhavam. Órfãos, com origem desconhecida, empreendem uma busca eterna por aquilo que lhes restitua a ligação com a História e permita o reconhecimento enquanto comunhão. Octavio Paz estabelece que a nação mexicana só foi criada com a Revolução de 1910, que possibilitou ao México ser “outro”, incorporando diversas raças e classes. Entretanto, Paz diferencia a criação da “nação” e da “comunidade”. Para o autor, o México nunca se fez uma comunidade, não constituiu uma “ordem vital”. A noção de “comunidade” está presente durante todo o texto de Octavio Paz, e é colocada como o grande objetivo a que

uma unidade nacional deve almejar. O autor cita o caso dos *pachucos*³¹, marginalizados tanto dentro do México como nos Estados Unidos, que se vêem distanciados de sua origem e completamente sós. Este isolamento e solidão que acompanha todos os mexicanos na contemporaneidade revelaria a total ausência de sentimento comunitário – de acordo com Benjamin (1987), é através de tal sentimento que se vislumbraria a possibilidade da troca de experiências e, com ela, a perpetuação da memória e da tradição. Já Sérgio Buarque acredita que por nossa conduta “configurada pelo recinto doméstico” (2006, p. 169) e pautada no culto à personalidade não criamos aptidão para viver em comunidade. Aqui, “Cada indivíduo (...) afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (HOLANDA, 2006, p. 169).

Dessa forma, para os autores, atrelados a brasileiros e mexicanos estariam traços de caráter que impedem sua comunhão: respectivamente, a cordialidade e a solidão. Sérgio Buarque de Holanda identifica o ser nacional como o “homem cordial”. Evidenciando a permanência das estruturas de dominação, é ele oriundo da organização familiar característica da colônia que foi estendida para os planos burocráticos. Advém daí o “horror às distâncias”, a “aversão do ritualismo social”, a predileção pela forma de tratamento “você” e pelos diminutivos e também a “religiosidade de superfície” (HOLANDA, 2006) do brasileiro. Contudo, engana-se quem atribui a essa cordialidade uma espécie de bondade ou de boas maneiras: na realidade, Holanda se remete aqui ao “predomínio dos comportamentos de aparência afetiva” (CANDIDO, 2006, p. 245). Há no homem cordial um “fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (HOLANDA, 2006, p. 160) que se revela, entretanto, uma aparência, uma máscara: no brasileiro se configura uma “padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem” (HOLANDA, 2006, p. 161).

Em sua análise, o autor constata que, no Brasil, quando o convívio social é transportado do campo para as cidades, serão os antigos senhores rurais que ocuparão os cargos políticos. Valendo-se de um conceito de Max Weber, o “funcionalismo patrimonial”³²,

³¹ De acordo com Paz, os *pachucos* são “bandos de jovens, geralmente de origem mexicana, que vivem nas cidades do Sul [dos Estados Unidos] e que se singularizam tanto por sua vestimenta quanto por sua conduta e sua linguagem. Rebeldes instintivos, contra eles já se refestelou, mais de uma vez, o racismo norte-americano. Mas os “pachucos” não reivindicam a sua raça nem a nacionalidade dos seus antepassados.”, em: 2006, p. 17.

³² Max Weber contrapõe o conceito de funcionário patrimonial ao de burocrata, atribuindo àquele bases pessoais no exercício do poder. De acordo com Reinhard Bendix: “No patrimonialismo, o governante trata toda a

Holanda identifica nesta fase de transição para as cidades a presença do “homem cordial” na política e a conseqüente mistura entre as esferas públicas e privadas³³. No Brasil, então, o respeito se confundiria com a intimidade, e mesmo nas relações mais formais buscar-se-ia sempre a possibilidade de um convívio mais familiar. Para Sérgio Buarque, tal ampliação do círculo familiar para o Estado é inadmissível, sendo que “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado (...)” (2006, p. 153). O Brasil estaria, portanto, fadado ao individualismo, exibicionismo, improvisação, “liberalismo ornamental (que em realidade provém do desejo de negar uma autoridade incômoda) e a[à] ausência de verdadeiro espírito democrático” (CANDIDO, 2006, p. 246).

Já para Octavio Paz, o mexicano carrega consigo a solidão. Tentando se manter fechado às influências exteriores, este condena seu passado e nega seu hibridismo: “O mexicano não quer ser nem índio, nem espanhol. Tampouco quer descender deles. (...) Começa em si mesmo” (PAZ, 2006, p. 81). Tal processo de ensimesmamento condená-lo-ia à eterna busca por si no labirinto de sua história: “O mexicano e a mexicanidade se definem como ruptura e negação. E portanto como busca (...)” (PAZ, 2006, p. 82). Paz reconhece um agravamento desta solidão (ao mesmo tempo em que é também sua causa) no fato de que as formas jurídicas e morais presentes no México não adviriam da realidade do país, mas decorreriam da imposição de idéias estrangeiras que “mutilam o nosso ser, impedem que nos expressemos e negam a satisfação de nossos apetites vitais” (2006, p. 33).

Recuperando a reflexão de Silviano Santiago (2006), encontramos como personagens de *Raízes do Brasil* e *d'O labirinto da solidão*, que resgatam e transgridem os traços de caráter nacional já citados acima, dois “pólos opostos da hierarquia social” (2006, p. 30): o barão e o *pachuco* – os extremos superior e inferior do poder. Holanda, ao tratar dos frutos da colonização, traz a figura do senhor de terras e escravos, do grande administrador rural que, com a abolição da escravidão e uma nova “urbanocracia”, levará sua influência para a cidade,

administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predado útil de sua propriedade privada. Ele confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão de trabalho entre eles. (...) Os funcionários, por sua vez, tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito. (...) Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinado o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos”, em: BENDIX, Reinhard. *Max Weber*, um perfil intelectual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 270-271.

³³ Octavio Paz também cita como característica dos mexicanos tal processo: “Com freqüência os nossos políticos confundem os negócios públicos com os privados.”, em: 2006, p. 74.

atuando na administração do Estado, ainda que de forma “morosa e deficiente”. “O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico” (HOLANDA, 2006, p. 80); portanto, o barão e sua “mentalidade de casa-grande” constituirão para o autor parte da “brasilidade”, mesmo entre as camadas sociais mais baixas da população. Octavio Paz apresenta o mexicano pela figura desterritorializada e solitária do *pachuco*. Este constituiria um grupo econômica, política e socialmente marginal, que não exerce nenhum tipo de influência, mas que carrega consigo a marca da “mexicanidade”. Assim, como pontua Santiago, “Para ambos [os autores], o latino-americano só o é na experiência dos pólos opostos da hierarquia social. O barão – navegante, fundador e civilizador. O *pachuco* – deserdado, migrante e pária” (2006, p. 30).

4. III. Crítica

Tanto *Raízes do Brasil* como *O labirinto da solidão* destinam seus dois capítulos finais – respectivamente, “Novos tempos” e “Nossa revolução”; “A “inteligência” mexicana” e “Nossos dias” – a apresentar considerações sobre o momento contemporâneo aos dois autores, avaliando a pertinência do modelo de Estado nacional seguido naquela conjuntura e a projeção de cada país no bloco da América Latina. Ainda que o contexto seja diverso, dado o advento da Segunda Guerra Mundial entre a escrita dos dois livros, Holanda e Paz confluem em muitas de suas asserções e identificam características semelhantes aos países americanos.

De acordo com Octavio Paz, aquele era o momento de se questionar acerca do “sentido das singularidades do meu país” (2006, p. 14), pois não existiam mais respostas prontas que pudessem ser encaixadas às suas perguntas. O mundo havia mudado, e os problemas que se apresentavam já não eram mais exclusivos do “mexicano”, mas concerniam a todos, exigindo respostas universais: “Somos, pela primeira vez em nossa história, *contemporâneos de todos os homens*” (PAZ, 2006, grifo meu, p. 173). Para Paz, tal coexistência era possível naquela circunstância, uma vez que o centro da sociedade se desintegrara, condenando todos os povos a viver na periferia³⁴. Vale observar que Sérgio Buarque de Holanda também apresenta tal concepção de uma “periferia sem um centro” (2006, p. 194), contudo, em relação à subsistência de formas de sociabilidade cujas bases

³⁴ “Com efeito, temos vivido na periferia da história. Hoje, o centro, o núcleo da sociedade mundial, desagregou-se e todos nos transformamos em seres periféricos, até os europeus e os norte-americanos. Todos estamos à margem, porque já não há mais centro.”, em: PAZ, 2006, pp. 151-152.

originárias já não existem mais, restando a desconfiança da inadequação de tais “reliquias respeitáveis”, como denomina o autor.

Sérgio Buarque, ao falar das “reliquias”, se refere ao prestígio que os senhores de engenho mantêm, mesmo após o fim da “ditadura dos domínios rurais” sobre as cidades e depois de serem privados de fazer parte da administração da República. E este é apenas um exemplo das estruturas e influências conservadas de uma ordem colonial já anacrônica. Como afirma Octavio Paz: “(...) o estudo da ordem colonial é imprescindível. (...) [pois ele] nos há de mostrar o sentido da nossa cultura e a origem de muitos dos nossos conflitos posteriores.” (2006, p. 93). No caso do México, o catolicismo imposto aos índios, e que ofereceria uma espécie de reconforto a eles quando do primeiro momento de formação das colônias, criará uma Igreja Católica bastante poderosa, contra a qual os mexicanos se insurrecionarão durante toda sua história posterior, até nossos dias.

Ainda de acordo com os autores, o período pós-Independência também aparece como constituinte de muitas das questões trazidas até hoje. Octavio Paz, ao recuperar o processo de Colonização e Independência da América hispânica não consegue conceber em que se fundamentam, de fato, as diferenças entre estes países: “Mesmo agora, um século e meio depois, ninguém pode explicar satisfatoriamente em que consistem as diferenças ‘nacionais’ entre argentinos e uruguaios, peruanos e equatorianos, guatemaltecos e mexicanos” (PAZ, 2006, p. 111). Oriundos de uma mesma força dominadora espanhola, para o autor os “traços nacionais” dos países hispano-americanos foram inventados a partir de uma circunstância política e social, com a formação das novas repúblicas que exigiram uma desintegração do todo e uma diferenciação de cunho nacionalista.

De acordo com Paz, as classes dirigentes do movimento de Independência manifestaram de forma mais evidente, talvez, sua postura mantenedora “da velha ordem espanhola” (2006, p. 111) e forjadora de uma modernidade com a implantação de idéias democráticas. Neste ponto, Paz e Holanda coincidem ao afirmar que as constituições liberais e democráticas implementadas em seus respectivos países não condiziam com a realidade local, e ainda convergem ao apresentar a noção de que a forma deve ser a representação do país³⁵.

³⁵ Sérgio Buarque afirma: “As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.”, em: 2006, p. 208. E Octavio Paz constata: “Nós, mexicanos, não criamos uma forma que nos expresse. Portanto, a mexicanidade não pode se identificar com nenhuma forma ou tendência histórica concreta: é uma oscilação entre vários projetos universais, sucessivamente transplantados ou impostos e todos, hoje, inúteis.”, em: 2006, p. 150.

Sérgio Buarque de Holanda é categórico ao afirmar que “A democracia no Brasil foi *sempre* um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível (...)” (2006, grifo meu, p. 176). Aliás, Holanda estende esta condição como comum aos países latino-americanos: “As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América do Sul” (2006, p. 201).

Em razão da inadequação entre a política e a sociedade, tanto Octavio Paz quanto Sérgio Buarque de Holanda apresentam e discutem novas formas políticas para o Brasil e México. Como aponta o sociólogo Marcelo Nader Cerqueira, para tal percepção foi fundamental o trânsito dos autores em esferas sociais diversas, sendo que suas hipóteses surgem do embate entre sociedades estrangeiras modernas e seus países de origem ainda conservadores:

Ambos os autores fazem da crítica modernista fundamento de sua interpretação, fundamento mesmo da singularidade social da América Latina, e sugerem *um anti-modelo como modelo*. Eles estavam sintonizados com a autocrítica modernista que despertava em diversos lugares da Europa. (2010, grifo do autor, p. 6)

Holanda identifica como traço político americano a “formação de elites governantes em torno de personalidades prestigiosas” (1936, p. 152) e um possível sucesso do fascismo entre os brasileiros. Porém, ao tratar dos integralistas (bastante em voga quando Holanda escreve seu livro), critica-os, dizendo não possuírem a mesma agressividade dos fascistas e parecerem muito conservadores. O autor também censura os comunistas, dizendo que no Brasil nunca funcionaram realmente os partidos de oposição, e que apenas a parte “anarquista” dentro do comunismo que exercia algum interesse.

A partir do enfrentamento entre a modernização estrangeira e a sociedade nacional ainda conservadora que Holanda divisará a necessidade de uma “revolução”. Revolução, esta, que já se vislumbrava em alguns países da América, citando o caso do México e do Chile como exemplares (2006, p. 200). Para Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil deveria acompanhar este movimento que se insinuava pelas sociedades vizinhas americanas, que reviam seu passado, reavaliando a pertinência da herança ibérica e das formas políticas “de superfície”.

Octavio Paz não acredita que o nacionalismo seja uma “resposta lógica para os países subdesenvolvidos” (2006, pp. 165-166). Avalia a projeção do México no regime capitalista mundial, mas ainda o percebe dependente do mercado exterior. Paz discute formas de se sair

do subdesenvolvimento e dessa condição de exploração, equiparando países da América Latina à Ásia e à África. Apresentada como outra alternativa para alcançar o desenvolvimento, Paz questiona também a via “socialista totalitária” de Stálin – que se revelou “bem mais cruéis[cruel] que os sistemas de ‘acumulação primitiva’ do capital” (2006, p.164) –, afirmando que a libertação do homem deve ser o único interesse e justificativa de uma revolução.

Quanto à inserção de seus países no bloco latino-americano, Octavio Paz e Sérgio Buarque de Holanda identificam uma necessidade crescente de que tal afiliação ocorra. Pautados na idéia de que “(...) a América é menos uma tradição a seguir que um futuro a realizar” (PAZ, 2006, p. 109), os autores projetam o porvir no momento em que um sentimento de união seja capaz de criar formas de expressão locais – Sérgio Buarque pensando mais no dado particular, e Octavio Paz delineando um esforço universalizador.

Sérgio Buarque aponta a necessidade de uma revolução que aniquile os traços ibéricos de nossa cultura, já que só assim um novo estilo poderia se firmar. Seria imprescindível, também, libertar-se da tendência a acreditar que as soluções encontradas por outros países poderiam vir a solucionar os problemas brasileiros:

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbação de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. *O americano ainda é interiormente inexistente* (2006, grifo meu, p. 189).

Haveria, portanto, que se buscar o “dado americano”, conduzindo-os, dessa forma, à realidade local e a uma forma que a oriente.

Octavio Paz também alerta seus conterrâneos para a nova conjuntura que se entrevê: “Falta aos mexicanos uma nova sensibilidade diante da América Latina; hoje estes países despertam: vamos deixá-los sozinhos?” (2006, p. 171). De acordo com Paz, naquele momento os países latino-americanos estavam derrubando seus ditadores e uma onda revolucionária os situava na universalidade. Assim, “Anexados ao destino do Ocidente pelo imperialismo, agora [os povos que vivem na periferia do mundo ocidental] se voltam para si mesmos, descobrem sua identidade e se decidem a participar da história mundial” (2006, p. 167). Os mexicanos, “contemporâneos de todos os homens”, precisariam aprender a obter suas respostas em conjunto.

5. Considerações

No esforço de elaborar perguntas e reagir a elas com tentativas de respostas, evidenciou-se a preocupação de Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*, e de Octavio Paz, com *O labirinto da solidão*, em alcançar uma forma de expressão e de governabilidade que manifestasse a realidade de seus respectivos países. Indo além da aparente questão de necessidade de fortalecimento da nacionalidade, os autores pretendiam alterar a percepção de seus conterrâneos, já habituados a se verem de forma pejorativa e deslocada.

Apontada como uma saída, a unidade latino-americana se justificará de modo diverso para cada autor, conforme seu contexto histórico e social. Como ressalta Silviano Santiago,

Tanto o intervalo biográfico quanto o na publicação dos livros acabam por nos alertar sobre uma mudança de grandes proporções na geopolítica da América Latina (...). A atitude nacionalista estreita, estado de espírito forte no início de ambas as carreiras artísticas, não é o norte das duas interpretações, apesar dos títulos dos dois livros indicarem o oposto (2006, pp. 16-17).

Holanda, vislumbrando o crescimento de movimentos totalitaristas em torno de “personalidades prestigiosas”, aponta para a necessidade da “revolução” que liberte dos iberismos, sendo que esta viria de modo mais evidente interiorizando nos brasileiros o sentimento *americano*. Octavio Paz, com sua crítica oriunda do pós-Segunda Guerra Mundial, lançava os mexicanos na história contemporânea, entrevendo a possibilidade de transformação para os países “subdesenvolvidos” latino-americanos, convertendo o “(...) nosso labirinto, [n]o de todos os homens” (PAZ, 2006, p. 154). Ambos os autores convergem no anseio por novas formas políticas que representem seus países e sejam originárias de suas histórias nacionais.

Tanto Holanda como Paz constroem suas narrativas operando com a História de modo bastante semelhante. A partir de uma reconstituição cronológica – abarcando desde o período das invasões ibéricas até o momento contemporâneo à escrita dos textos – os autores apontam para o fato da colonização e para a forma como esta se deu como dados fundamentais para a compreensão de cada país e de sua população no momento presente, uma vez que muitas das formas de sociabilidade e das características atribuídas genericamente ao povo seriam resquícios deste passado.

Octavio Paz recupera uma dura herança destes tempos antecedentes, e n’*O labirinto* reforça a violência física, lingüística e estrutural pelas quais os nativos foram submetidos e

subjugados, destruindo a noção comunitária que teria existido no período pré-Conquista e minando, com isso, qualquer possibilidade de insurreição. Dessa forma, “O mundo colonial desapareceu, mas não o medo, a desconfiança e o receio” (PAZ, 2006, p. 42), que acompanhariam o mexicano pela sua solitária caminhada ao longo de seu labirinto. Sérgio Buarque de Holanda, ao tratar das heranças coloniais, remete à figura do português, que acabou por influir enormemente na sociabilidade nacional, estendendo seu “jeitinho lusitano” a todas as esferas.

Tomando como referência e ressignificando o passado, a partir de eleições e omissões, os autores vão construindo seu argumento em torno da conformação das identidades de seus países. Estas buscariam conjugar a “originalidade nacional do Brasil e do México no interior da indispensável singularidade latino-americana” (SANTIAGO, 2006, p. 20). Dentro das obras, essa questão da formação da nacionalidade se revela necessária para uma posterior análise acerca das preocupações contemporâneas, no intento de estabelecer parâmetros de aproximação e diferenciação entre os anseios políticos e econômicos globais, e como forma de avaliar as esferas sociais e culturais concernentes a cada local. Entretanto, Octavio Paz adverte para um novo momento histórico, em que o tema da identidade nacional deixa de ser algo concernente apenas aos mexicanos, ou latino-americanos:

Depois da Segunda Guerra Mundial, percebemos que esta criação de nós mesmos que a realidade exige não é diferente da que uma realidade semelhante reclama dos outros. Vivemos, como o resto do planeta, uma conjuntura decisiva e mortal, órfãos do passado e com um futuro a ser inventado. A história universal já é tarefa comum (2006, p. 154).

A seu ver, o mundo, transformado pelos “tempos sombrios”, exigia agora de todos um esforço em reavaliar seus posicionamentos e personalidades.

Paz e Holanda se valem de vários estudos anteriores ao buscarem suas próprias respostas sobre a nacionalidade. Entre os diversos autores nacionais e internacionais citados por Holanda, têm destaque Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Já para Paz, o livro de Samuel Ramos, *El perfil del hombre y la cultura en México*, parece ser o grande norteador de sua reflexão, além da figura de José Vasconcelos. Desta forma, ambos os autores pretendem a legitimação de seu pensamento, partindo do aparente inocente “falar sobre”, para a efetiva construção das identidades. A partir do momento em que se elege a História sobre a qual se quer falar, seleciona-se o personagem protagonista e o discurso tido como oficial, opera-se com a criação do “ser nacional”, e todas as implicações que dele advêm. Neste sentido, é emblemática a presença do já citado Gilberto Freyre, que em seu *Casa-grande &*

senzala, criou o mito da “democracia racial”, do Brasil altamente miscigenado mas ainda assim pacificado.

Como se buscou demonstrar ao longo do presente trabalho, Sérgio Buarque de Holanda e Octavio Paz confluem em diversos aspectos de suas análises. Convém problematizar tal convergência, já que tratamos de países e épocas diversas. Isto indicaria um “espírito” comum entre Brasil e México? Seria o passado semelhante de colonização e exploração que os reuniria? Partilhariam Holanda e Paz de um mesmo projeto?

Interessa ressaltar que Brasil e México ocupam posições de excluídos do bloco geral da América Latina. No caso dos brasileiros, a língua sempre se definiu como um fator primeiro de diferenciação aos países de colonização espanhola – ainda que Holanda não explore o tema e Paz só o deixe entrever ao tratar da “identidade da América hispânica”. Além disso, o modo como se configurou a colônia portuguesa, baseada no comércio, atuando como feitoria, influenciou toda a sociabilidade posterior entre os brasileiros. O México, afora sua localização geográfica mais afastada do centro da América Latina, está situado na fronteira com os Estados Unidos – o “outro da Europa”, gigante do imperialismo –, tendo sido, conforme rememora Octavio Paz, palco de incessantes disputas por território.

Todavia, ainda que se esbocem tais semelhanças, as diferenças históricas são significativas, assim como seu desenvolvimento posterior. Frutos de colonizações de países diversos, com intuítos opostos, operando cada um ao seu modo, mexicanos e brasileiros se reúnem novamente aos seus vizinhos no processo lento e artificial de suas independências, nas imposições políticas gradativas e no desenrolar da reunião dos países “subdesenvolvidos”. Dessa forma, Holanda e Paz são correlatos de uma mesma tradição. Tradição não só da construção por meio da palavra dos conceitos de nação e cultura, mas também do uso do gênero ensaio para tal. Essa escolha se mostra consciente por parte dos autores, que conseguem abarcar nele as incongruências e contrastes de seus países.

Contudo, ainda que o ensaísmo tenha constituído ao longo de sua existência uma história e campo próprios, seu caráter flexível permite sempre desconstruí-lo e readaptá-lo. Inserido no domínio da tentativa, o ensaio comporta um discurso não-especializado, em que ganha eternidade o pensamento fugaz, a resposta circunstancial, a experiência individual mediada. Suspendendo a noção de verdade e método, “O ensaio devora as teorias que lhe são próximas; sua tendência é sempre a de liquidar a opinião, incluindo aquela que ele toma como ponto de partida” (ADORNO, 2003, p. 38).

Quanto ao ensaísmo produzido na América Latina, no período analisado, admite-se pensar que ele atendia a um projeto por parte dos escritores, que viam nele uma forma de alcançar as massas e, com isso, ampliar a reflexão acerca de questões nacionais iminentes. Por apresentar, de forma geral, uma linguagem mais simples, inclusive com uso de muitas metáforas (presentes em Paz e Holanda), a escrita ensaísta compõe um texto que permite elaborar as questões mais complexas de forma facilmente apreensível.

No caso específico dos dois escritores estudados, há entre eles uma diferença estilística bastante evidente. Sérgio Buarque de Holanda revela em *Raízes do Brasil* a presença do importante historiador que ele se tornaria. Ainda que não se constitua como livro de História, há nele uma crítica ao discurso oficial dos historiadores de sua época e uma vontade de repensar a disciplina. N’*O labirinto da solidão* o que se nota é a personalidade do poeta Octavio Paz, e a escrita literária que dele resulta. Como lembra Silviano Santiago, até mesmo os objetos por eles estudados provêm dessa tendência diversa: “A eleição do *pachuco* como ‘*round character*’ foi uma eleição de poeta (e a do *barão*, de historiador)” (2006, grifos do autor, p. 42). Ana Maria Roland, avaliando a partir da figura de Paz, aponta a complexa imbricação entre os domínios da poesia e da história no ensaio, pois, por mais que a história esteja presente nele de forma elaborada, “Os que exercem esse tipo de escrita são chamados hoje de escritores, críticos, ensaístas, literatos. Nunca se lhes atribui a condição precisa de historiadores, filósofos ou lingüistas (...)” (1997, p. 229). Contudo, essa diferenciação constitui de certa forma algo positivo, uma vez que não cobra do poeta que escreve ensaios um compromisso com métodos, teorias e fatos incontestáveis, que não coincidem com seu ofício (ROLAND, 1997, p. 229). Por isso Roland especifica: “O ensaio pode ser definido como um exercício de crítica, à margem da literatura, da historiografia e da filosofia” (1997, p. 229).

Ainda explorando as “vocações” de ambos os autores, ao se ler o texto de Octavio Paz, com suas longas elucubrações, seu tom lírico e o peso da presença mítica, entra-se em contato direto com uma crítica cultural e estética. Seu ensaio se opõe ao fazer científico, aproximando-se bastante da concepção artística de que trata Lukács (2008). Já Holanda parece obter com o ensaio a “licença” para escrever um livro como *Raízes*, desprendido de metodologias reducionistas e pensamentos enrijecidos, ampliando assim sua reflexão e entrando em contato direto com a definição de Adorno (2003), quando este trata dos conteúdos que a forma ensaio permite abordar. Esquemáticamente, se propõe, portanto, uma

aproximação da proposta de Lukács ao ensaio de Paz, constituindo o “ensaio como alma”, ao passo que Holanda se reuniria a Adorno ao elaborar o “ensaio como forma”.

Mas, seja primando pela literatura ou pelo factual, antevendo a solidão ou cordialidade de seu povo, há em Sérgio Buarque de Holanda e Octavio Paz uma tentativa comum de conjugar a tradição ensaística às questões contemporâneas locais e globais. Os autores construíram seus argumentos de forma a redirecionar os rumos de Brasil e México, buscando solucionar o conflito entre “a insuficiência da nossa tradição e a nossa exigência de universalidade” (PAZ, 2006, p. 149).

Canclini, ao avaliar o momento atual, diagnostica: “A situação atual se caracteriza por uma crise geral dos modelos de modernização autônoma, pelo enfraquecimento das nações e da própria idéia de nação, pela fadiga das vanguardas e das alternativas populares” (2008, p. 44). Nesse contexto, persiste a questão da nacionalidade – ou melhor, das buscas de auto-reconhecimento dos países enquanto nações, agora em esfera global –, contrariando, de certo modo, a previsão de Paz de que em cinquenta anos seus questionamentos e respostas perderiam o sentido (2006, p. 15). Contudo, conforme alertou Holanda ao final de *Raízes*, “Podemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um *mundo de essências mais íntimas* que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas” (2006, grifo meu, p. 208). Dessa forma, resgatar o passado e repensá-lo se revela sempre um exercício válido, em que as construções plurais de identidades atuam como meio de avaliar o momento presente.

6. Referências

- ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. O ensaio como forma, pp. 15-45.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. “Experiência e pobreza”, pp. 114-119; “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, pp. 197-221.
- BENSE, Max. Über den Essay und seine Prosa [Sobre o ensaio e sua prosa], *Merkur*, I, 1947 *apud* ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. O ensaio como forma, pp. 15-45.
- BOORSTIN, Daniel J. *Os criadores: uma história da criatividade humana*. Trad. José J. Veiga. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 *apud* FISCHER, Luís Augusto. *Inteligência com dor: Nelson Rodrigues ensaísta*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2009.
- BRITO, Ronaldo. A Semana de 22: O trauma do moderno. In: TOLIPAN, Sérgio, et al. *Sete ensaios sobre o Modernismo*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983, pp. 13-17.
- CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Organização Ricardo Benzaquen de Araújo, Lilia Moritz Schwarcz. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 235-250.
- _____. *Literatura e sociedade*. 4. ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1975. O escritor e o público, pp. 73-88; Literatura e cultura de 1900 a 1945, pp. 109-138.
- COSTA, Marcos (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos Coligidos 1 e 2*. São Paulo: Unesp/ Fundação Perseu Abramo, 2011.
- DECCA, Edgar Salvadori De. “Ensaio de cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda”, In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luis (Orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre,

- RS: Artes e Ofícios, 2004.
- FISCHER, Luís Augusto. *Inteligência com dor*: Nelson Rodrigues ensaísta. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2009.
- FUNES, Patricia. *Salvar la nación*: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- GONÇALVES FILHO, Antonio. “O modernista que corrigiu o passado”. *Estadão*, São Paulo, 23 abr. 2011. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110423/not_imp709702,0.php>.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. nova ed. rev. e aum. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- _____. *Raízes do Brasil*. Organização Ricardo Benzaquen de Araújo, Lilia Moritz Schwarcz. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Sílvio. *Ensaio sobre a essência do ensaio*. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor, Suc., 1964.
- LUKÁCS, Georg. Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper. Tradução de Mario Luiz Frungillo. *Revista UFG*, Goiás, n° 4, jun. 2008. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2008/index.htm>. Acesso em: 18 ago. 2010.
- _____. *Ensaio sobre literatura*. Coord. Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Narrar ou descrever?, pp. 47-99.
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária: Prosa II*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Cultrix, 1994. II – O Ensaio, pp. 69-100.
- MONASTERIO, José Ortiz. *Raízes do Brasil y El laberinto de la soledad*: una comparación. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kenndedy (Orgs.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, pp. 283-316.
- NEDER CERQUEIRA, Marcelo. As Raízes do Brasil de ponta-cabeça e a saída do labirinto

- da solidão. In: *ANPUH-RIO*, 2010, Rio de Janeiro. Patrimônio e Memória. Rio de Janeiro: EdUNIRIO, 2010, v. 1, pp. 1-13.
- NORTE, Ângela Lopes; REIS, Livia. O ensaio latino-americano como vetor da construção identitária e sua contribuição para as relações Brasil-América hispânica. *Revista Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, pp. 155-165, jan./jul. 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PASCHOAL, Máira Guimarães. Comala e a *madeleine*: ensaio sobre a memória. *Língua, literatura e ensino* (UNICAMP), v. IV, pp. 517-522, mai. 2009.
- PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e post scriptum*. Tradução de Eliane Zagury. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 2006.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. In: *Ensaístas ingleses*. Tradução de J. Sarmento de Beires e Jorge Costa Neves. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: W. M. Jackson, 1950, pp. V-XV.
- PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n.47, 2001, pp. 5-30.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999. Capítulo 8: Reinventando a América/ reinventando a Europa: a auto-modelação crioula, pp. 295-335.
- PRIEGO, Natalia. Symbolism, solitude and modernity: science and scientists in porfirian Mexico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.473-485, Abr.-Jun. 2008.
- RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história: contribuição à crítica da cultura do ensaísmo latino-americano através da leitura de Euclides da Cunha e Octavio Paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- SALLUM Jr., Brasília. Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999. pp. 235-256.

- SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. O entre-lugar do discurso latino-americano, pp. 9-26.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. A carroça, o bonde e o poeta modernista, pp. 11-28.
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. As idéias fora do lugar, pp. 9-31.
- STABB, Martins. *América Latina en busca de una identidad: Modelos del Ensayo Ideológico Hispanoamericano, 1890-1960*. Venezuela: Monte Avila Editores C.A., 1969. La busqueda de la esencia en Mejico y otras partes, pp. 275-325.
- STRAUB, Jürgen. Memória autobiográfica e identidade pessoal. Considerações histórico-culturais, comparativas e sistemáticas sob a ótica da psicologia narrativa. In: GALLE, Helmut (Org.) e Outros. *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009, pp. 79-98.